

***INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES***  
***CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL***

**2006/2007**



**TII**

**DOCUMENTO DE TRABALHO**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS.**

**AS RELAÇÕES PENINSULARES NA PERSPECTIVA DA  
DEFESA DOS INTERESSES NACIONAIS**

***Manuel Mateus Costa da Silva Couto***  
***Coronel Cavalaria***



## **INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

# **AS RELAÇÕES PENÍNSULARES NA PERSPECTIVA DA DEFESA DOS INTERESSES NACIONAIS**

**Nome do Auditor**

**Manuel Mateus Costa da Silva Couto**

**Cor Cav**

Trabalho de Investigação Individual do CPOG

Orientador:

MGEN António Noé Pereira Agostinho

IESM 2007



## **INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

# **AS RELAÇÕES PENÍNSULARES NA PERSPECTIVA DA DEFESA DOS INTERESSES NACIONAIS**

**Nome do Auditor**

**Manuel Mateus Costa da Silva Couto**

**Cor Cav**

Trabalho de Investigação Individual do CPOG

IESM 2007

## INDICE

<b>INDICE.....</b>	<b>i</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>iii</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>iv</b>
<b>Palavras-chave: .....</b>	<b>v</b>
<b>LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS .....</b>	<b>vi</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2. CARACTERIZAÇÃO DAS ACTUAIS RELAÇÕES PENINSULARES.....</b>	<b>3</b>
2.1 Os diferentes modelos políticos na Península Ibérica .....	3
2.2 O Equilíbrio Ibérico .....	4
2.3 Após a Integração na UE e a NATO .....	5
2.4 Interesse Nacional.....	7
<b>3. PORTUGAL E ESPANHA – Factores Geopolíticos/Geoestratégicos .....</b>	<b>8</b>
3.1 Aspectos relevantes do factor físico .....	8
3.2 Aspectos relevantes do factor humano .....	9
3.3 Aspectos relevantes do factor circulação.....	10
3.4 Aspectos relevantes do factor Científico-Tecnológico.....	11
3.5 Aspectos relevantes do factor estruturas políticas .....	12
3.6 Aspectos relevantes do factor estruturas económicas .....	14
3.7 Aspectos específicos de interdependência .....	15
3.7.1 O Sector Energético .....	15
3.7.2 Os Recursos Hídricos.....	16
3.7.3 O Sector Bancário .....	17
3.7.4 As Telecomunicações .....	17
3.8 Potencialidades/Vulnerabilidades .....	18
<b>4. COABITAÇÃO INTERNACIONAL – RISCOS E DESAFIOS.....</b>	<b>20</b>
4.1 Na União Europeia .....	20
4.1.1 O Relacionamento Económico.....	20
4.1.2 A Política Externa e de Segurança Comum .....	22
4.2 Na Aliança Atlântica .....	23
4.3 Noutros Espaços Regionais.....	25
4.3.1 No Mediterrâneo e Magreb .....	25
4.3.2 No Atlântico Sul.....	26



<b>4.4 Possíveis Cenários de Evolução das Relações Peninsulares .....</b>	<b>30</b>
<b>5. LINHAS DE ACÇÃO POLITICO/ESTRATÉGICA – REFLEXÕES FINAIS...</b>	<b>33</b>
<b>5.1 Linhas de Acção Estratégica.....</b>	<b>36</b>
<b>5.1.1 Política Externa .....</b>	<b>36</b>
<b>5.1.2 Económicas.....</b>	<b>37</b>
<b>5.1.3 Segurança e Defesa .....</b>	<b>38</b>
<b>5.2 Reflexões Finais .....</b>	<b>39</b>
<b>EPÍLOGO .....</b>	<b>41</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>42</b>
<b>APÊNDICE A – CORPO DE CONCEITOS .....</b>	<b>46</b>
<b>APENDICE B – IBERISMO .....</b>	<b>52</b>
<b>ÍNDICE DE ANEXOS .....</b>	<b>54</b>

## RESUMO

A entrada de Portugal e Espanha na União Europeia e a incorporação de Espanha na Aliança Atlântica, veio alterar profundamente o relacionamento entre os dois países ibéricos. A postura estratégica nacional assentava no princípio de não partilhar com o seu vizinho nenhuma organização económica ou de defesa. A Espanha tradicionalmente orientada para o continente apresenta-se agora como um competidor ao nível das relações privilegiadas que Portugal mantém com a potência marítima. Por outro lado, o diferencial existente entre as massas críticas de ambos os países, leva a que Espanha tende a fazer valer o seu peso no seio das Organizações Internacionais a que ambos pertencem, podendo por em causa os interesses nacionais.

Esta nova conjuntura, veio propiciar um forte incremento nas relações comerciais entre os dois países, com franco pendente para Espanha, o que veio criar junto dos portugueses a sensação de estarmos a caminho de uma “invasão” espanhola quem sabe com vista à concretização do «*grande sonho castelhano*» ou seja a unificação da grande *Hispania*».

Portugal vê-se perante um novo paradigma, ao qual terá que dar uma resposta adequada, tendo em conta os interesses nacionais. É neste quadro que se insere o trabalho apresentado, no sentido de identificar quais as linhas de acção estratégica a adoptar por Portugal de modo a garantir a salvaguarda dos interesses nacionais.

## **ABSTRACT**

The admission of Portugal and Spain in European Union and the inclusion of Spain in the North Atlantic Treaty Organization have resulted in a dramatic change of the relationship between these two Iberian Nations. The National strategic position between neighbours was based on a non-sharing principle of any economical or defence organization whatever. Traditionally turned to the Continent, Spain is currently a strong competitor with the privileged connections Portugal used to have with the maritime power Nation. On the other hand, the differential between the critical masses of both Nations results into the fact that Spain tends to make prevail its own power in the scope of International Organizations which both Nations are inserted in. This fact may call in question the Portuguese National interests.

This new conjuncture had as an outcome a strong increment to the commercial connections between these two Nations, visibly tending to Spain. This fact is being responsible for Portuguese people feel as they were suffering from a Spanish “inroad”, thus materializing, who knows, the since long ago “the great Castilian dream”, that is, the entire Hispano unification.

Portugal is facing a new paradigm, to which it will have to answer adequately, always considering National interests. The present work focuses this subject, in the sense of identifying which are the strategic guide lines that Portugal should adopt, in order to guarantee the safeguard of National interests.

**Keywords:** dependency; interdependence; guide-lines; national interests; peninsular relationship; Portugal; Spain; strategic regions.

**Palavras-chave:**

Dependência; Espaços Estratégicos; Espanha; Interdependência; Interesses Nacionais; Linhas de Acção; Portugal; Relações Peninsulares;

## LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

ADM	Armas de Destruição Maciça
ALCA	Associação de Livre Comércio das Américas
AVE	Alta Velocidade Espanhola;
BBVA	<i>Banco Bilbao Vizcaya Argentaria;</i>
BG	<i>Battle Group</i>
BSCH	<i>Banco Santander Central Hispano;</i>
CCILE	Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional;
CEE	Comunidade Económica Europeia;
CEME	Chefe do Estado-Maior do Exército
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa;
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;
CTM	Cooperação Técnico-Militar
DDN	<i>Directiva de Defesa Nacional 1/2004;</i>
DGPDN	Direcção Geral de Política de Defesa Nacional
DN	Diário de Notícias;
DIMIL	Divisão de Informações Militares
EDP	Electricidade de Portugal;
EEIN	Espaço Estratégico de Interesse Nacional;
EFTA	Associação Europeia de Comércio Livre;
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
EUA	Estados Unidos da América;
GOCEDN	Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional;
Hab	Habitantes;
INTA	Instituto de Técnica Aeroespacial;
INTERREG	Cooperação Inter-regional;
<i>JHQ Lisbon</i>	<i>Joint Headquarters Lisbon;</i>
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MIBEL	Mercado Ibérico de Energia Eléctrica;
NATO	North Atlantic Treaty Organization;

NRF	NATO Response Force
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico;
OI	Organização Internacional;
ONU	Organização das Nações Unidas;
OCS	Órgãos de Comunicação Social;
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europeia;
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte;
PEC	Pacto de Estabilidade e Crescimento;
PESC	Política Externa e de Segurança Comum;
PHNE	Plano Hidrológico Nacional de Espanha;
PIB	Produto Interno Bruto;
PNB	Produto Nacional Bruto;
ppc	Paridade de Poder de Compra;
PP	Partido Popular;
PSD	Partido Social Democrata;
PSOE	<i>Partido Socialista Obrero Español;</i>
PT	Portugal Telecom;
PTM	Países Terceiros do Mediterrâneo;
RAVE	Rede Ferroviária de Alta Velocidade;
SIED	Serviços de Informações Estratégicas de Defesa
TCE	Tratado Constitucional Europeu;
TEM	<i>Telefónica Móviles;</i>
TGV	<i>Tren de Grand Velocité;</i>
TN	Território Nacional;
UE	União Europeia;
UEM	União Económica e Monetária;
VAB	Valor Acrescentado Bruto;
ZEE	Zona Económica Exclusiva;

## **1. INTRODUÇÃO**

A entrada de Portugal e Espanha na União Europeia e a incorporação de Espanha na Aliança Atlântica, veio alterar profundamente o relacionamento entre os dois países ibéricos. A postura estratégica nacional assentava no princípio de não partilhar com o seu vizinho nenhuma organização económica ou de defesa. A Espanha tradicionalmente orientada para o continente apresenta-se agora como um potencial competidor ao nível das relações privilegiadas que Portugal mantém com a potência marítima. Por outro lado, o diferencial existente entre as massas críticas de ambos os países, leva a que Espanha tende a fazer valer o seu peso no seio da UE, podendo pôr em causa os interesses nacionais.

Os dois países encontram-se agora, verdadeiramente integrados nas mesmas alianças, são parceiros económicos numa comunidade com ambições de integração política, e pertencem ao mesmo tratado político-militar.

Esta nova conjuntura, proporcionou um forte incremento nas relações comerciais entre os dois países, com franco pendente para Espanha, o que veio criar junto dos portugueses a sensação de estarmos a caminho de uma “invasão” espanhola quem sabe com vista à concretização do «*grande sonho castelhano*» ou seja a unificação da grande *Hispania*». Esta problemática encontra-se na ordem do dia, e tem sido alvo de debates, sondagens e artigos nos meios de comunicação social, o que torna o tema proposto, “*As relações peninsulares na perspectiva da defesa dos interesses nacionais*” da maior actualidade e relevância.

Neste trabalho pretendemos caracterizar as actuais relações peninsulares, analisar as assimetrias entre Portugal e Espanha, através de uma visão geopolítica/geoestratégica, levantar quais os riscos e desafios à coabitação nos diferentes espaços de interesse estratégico, com o objectivo de definir as linhas de acção político/estratégica a adoptar por forma a salvaguardar os interesses nacionais.

Neste sentido, adoptou-se a metodologia da investigação científica em ciências sociais, processo que utilizou na pesquisa, incluindo a consulta de várias obras literárias, vários artigos publicados em jornais e revistas de carácter generalista, mas também da especialidade, e ainda, alguns sítios da Internet. A investigação incluiu a realização de entrevistas exploratórias a personalidades, com estudos realizados neste âmbito. Nestas incluem-se o General Loureiro dos Santos, o TGen Cabral Couto, MGen Dario Carreira e Dr. Paulo Duarte, assim como responsáveis pela DGPDN, SIED, DIMIL/EMGFA.

Para o desenvolvimento do trabalho foi definida a seguinte questão central:

*“No quadro das actuais relações entre Portugal e Espanha, quais as linhas de acção estratégica a adoptar, de modo a garantir a salvaguarda dos interesses nacionais”*

Para responder à questão central houve que levantar algumas questões derivadas:

QD1: *Quais as principais linhas caracterizadoras das actuais relações peninsulares?*

QD2: *O potencial estratégico nacional, a utilizar no quadro peninsular, que vulnerabilidades e potencialidades apresenta?*

QD3: *Quais os riscos e desafios que se colocam a Portugal a coabitação nas mesmas organizações internacionais?*

QD4: *Quais as linhas de acção estratégica a adoptar no âmbito das relações peninsulares?*

Como eventuais respostas para o problema colocado, identificamos as seguintes hipóteses, que iremos tentar validar com a nossa investigação:

*HIP1- As linhas de acção estratégica a adoptar por Portugal devem ser caracterizadas pela contraposição às adoptadas por Espanha;*

*HIP2- As linhas de acção estratégica a adoptar por Portugal, deverão propiciar o preenchimento de vazios de presença portuguesa, em especial no Atlântico Sul;*

*HIP3- As linhas de acção estratégica a adoptar por Portugal, devem ser caracterizadas pela complementaridade entre as visões atlântica e europeísta.*

Em face da vastidão do objecto, delimitámos o estudo às actuais relações, enquadrando-o nas opções político/estratégicas, tomadas no seio das principais organizações internacionais onde se enquadram ambos os países, União Europeia e da OTAN, não deixamos de abordar outros aspectos do relacionamento bilateral, nomeadamente no que respeita aos espaços estratégicos de interesse nacional. Por limitações de espaço, restringimo-nos aos âmbitos da Política Externa, Economia e Segurança e Defesa.

Para atingir o desiderato proposto, o presente trabalho foi organizado em cinco capítulos, sendo o primeiro a introdução para enquadramento do tema proposto, para no segundo capítulo procuramos revisitar um pouco a História, esclarecer alguns aspectos conceptuais e caracterizar as actuais relações peninsulares. No terceiro capítulo, são elencados os aspectos mais relevantes de alguns factores geopolíticos que nos permitem identificar potencialidades e vulnerabilidades, para num quarto capítulo, analisarmos os riscos e desafios à coabitação nos diferentes espaços de interesse estratégico. No quinto capítulo, são definidas as linhas de acção político/estratégica a adoptar por Portugal.



## 2. CARACTERIZAÇÃO DAS ACTUAIS RELAÇÕES PENINSULARES

Como dizia o compositor Verdi, “antes de dar um passo em frente devemos dar dois passos atrás”. Assim, neste capítulo iremos analisar quais os modelos políticos que ao longo da história, trouxeram maior estabilidade para a Península Ibérica, quais os factores que levaram a uma estabilidade ou equilíbrio bipolar, como se caracterizam as actuais relações peninsulares e quais os espaços de interesse nacional.

### 2.1 Os diferentes modelos políticos na Península Ibérica

Durante o longo processo histórico, a Península Ibérica esteve sujeita a vários modelos de organização, desde a existência de um único poder político, até à coexistência de diversos Estados independentes.

No séc. II da nossa era, com o apogeu do Império Romano, a Hispânia absorve toda a Península Ibérica, constituindo três províncias que reportavam directamente a Roma. A *Tarraconense*, a *Bética* e a *Lusitânia*. Posteriormente, duas novas regiões emergiram: a *Galécia*, da actual Galiza até ao rio Douro, e a *Cartaginense* que corresponde sensivelmente ao actual levante, dando origem a mais dois pólos políticos regionais.

Com a invasão dos Bárbaros, Suevos e Vândalos, em 411, e mais tarde em 416, dos Visigodos que penetram na Península Ibérica a partir no Norte, é expulso o poder romano, passando aqueles a dominar toda a península, com excepção dos asturianos e mais a leste os bascos. Mais tarde no séc. VI, o Império Romano do Oriente, sob a batuta de Justiniano, recupera o Sul da Península reconquistando a antiga *Bética* estendida até ao Algarve, sendo posteriormente expulsos pelos Visigodos na década de 630. Ou seja de 410 a 710 a península viveu uma inconstância política predominantemente multipolar e geometria variável, reduzindo-se a uma entidade política unipolar no último período antes da conquista árabe em 711 (SANTOS, 2004:159)

Em 711 os árabes invadem a península derrotando os visigodos que se refugiam nas Astúrias que os árabes não conseguem conquistar. A partir das Astúrias se iniciará a reconquista cristã que vai criando novos pólos de poder, dando origem a novos países cristãos: o pólo asturiano deu origem ao reino de Leão e ao condado de Castela, mais tarde reino, e que a partir de 1037 se uniram e de onde se destacou, no séc. XII, o reino de Portugal; o pólo pirenaico, de onde são originários os reinos de Navarra e Aragão e o Condado de Barcelona; e o pólo mediterrânico, que se manteve em poder dos árabes até 1492, o reino de Granada.

Até à conquista do último reino árabe, Granada em 1492 a organização política da Península Ibérica mantém-se multipolar, de geometria variável, com períodos mais ou

menos alargados, de estabilidade, com reinos cristãos a Norte e unidades políticas muçulmanas a Sul. Depois da conquista de Granada em 1492, e da união sucessiva das coroas de Castela, Navarra e Aragão, a organização política passou a ser de natureza bipolar, Portugal e Espanha (nome com efeitos políticos simbólicos subentendidos – porquanto Hispânia tinha sido toda a península e não apenas parte dela) (SANTOS, 2004: 163). Situação interrompida pelo período de 60 anos 1580 – 1640.

Podemos assim concluir que ao longo da História da península, esta experimentou quatro modelos de organização política.

O modelo “*visigótico*”, caracteriza-se por uma *península unipolar* (SANTOS, 2004:164). Existiu por pouco tempo (cerca de um século); repetiu-se imediatamente após a conquista da península pelos muçulmanos (por um período de tempo ainda menor); a última Ibéria unificada, a dos Filipes, é também historicamente breve (60 anos).

O modelo *multipolar excessivo* (SANTOS, 2004:164), como foi o caso das “*Taifas*”<sup>1</sup>, com uma península muito fragmentada, principalmente reinos islâmicos, foi de pouca duração, com a chegada dos Almorávidas<sup>2</sup> que reunificaram o território islâmico.

Os dois modelos anteriores, *unipolar* e *multipolar excessivo* foram ambos de duração breve, como se algo os impulsionasse para a fragmentação política no primeiro caso e para a unificação no segundo.

Os modelos mais frequentes, mais duráveis e de maior estabilidade registaram-se com a convivência de várias (entre três e seis) unidades políticas e/ou administrativas. O modelo “*romano*” (SANTOS, 2004:164), que se manteve cerca de 500 anos do império (3 a 5 províncias); regressou durante os últimos 200 anos do final da idade Média (5 reinos) até à unificação da espanhola e a extinção do reino de Granada (1492).

Todos os pólos tinham uma dependência política de um centro que lhes era exterior. De forma evidente quando Roma era a capital do Império, de forma mais subtil quando esta passou a ser a sede da cristandade.

O *modelo bipolar*, também chamado “*de Tordesilhas*” (SANTOS, 2004:164), prevaleceu, a partir da data (1494) em que foi assinado o tratado com o mesmo nome, até à actualidade.

## 2.2 O Equilíbrio Ibérico

Ao longo dos quase nove séculos em que Portugal se mantém como um Estado soberano, importa analisar quais os factores responsáveis, pelo contrariar da tendência

---

<sup>1</sup> Apêndice A – Corpo de Conceitos

<sup>2</sup> Apêndice A – Corpo de Conceitos

aparentemente natural do ponto de vista geográfico, das tentativas hegemónicas por parte de Castela, inicialmente, e Espanha posteriormente, de concretizar o velho sonho castelhano.

Podemos considerar que desde a emergência de Portugal, em 1143, até meados do séc. XX, duas estruturas históricas sobressaem para explicar o equilíbrio ibérico verificado durante este período. Assim desde a emergência de Portugal como reino independente, até ao séc. XVI, corresponde uma *estrutura endógena* do equilíbrio, do séc. XVII ao séc. XX uma *estrutura exógena* (DUARTE, 2003: 471). A primeira, denominada endógena porque assenta em instrumentos do equilíbrio internos a cada Reino/Estado peninsular, com uma participação quase nula de outros espaços nas contendidas ibéricas.

A segunda estrutura de equilíbrio, exógena, assenta por um lado na aliança marítima entre Portugal e a Inglaterra, e por outro lado, na dimensão imperial de Portugal, que fornece ao país recursos que lhe possibilitam surgir no sistema europeu como poder equivalente ao de Espanha. É importante ressaltar a influência na imagem que os portugueses têm de si e da sua postura no mundo intimamente ligada a uma postura imperial.

Para Portugal, a superação do desequilíbrio de poder face a Espanha, foi possível através da integração do sistema ibérico num sistema europeu mais alargado, que possibilitou a Portugal as alianças capazes de terem interesse em salvaguardar a sua independência, porque este era uma mais valia para essas potências, face ao maior centriptismo da Espanha.

No século XX, com a emergência do industrialismo e do saber científico-tecnológico, como vector de poder, dilui-se a importância e o peso da dimensão imperial dos Estados. Os impérios tradicionais tornam-se cada vez menos elementos dinamizadores do poder, para se tornarem em dispendiosos e supérfluos apêndices de alguns estados, por isso se explica em parte a rápida descolonização do pós-guerra. (DUARTE, 2003: 477).

Após a II Guerra Mundial, os EUA afirmam-se como nova potência marítima cuja aliança com Portugal vem uma vez mais permitir a salvaguarda da soberania nacional assim como das suas colónias.

Com a adesão de ambos os países às mesmas organizações internacionais, EU, NATO, deixou de ser válida a anterior estrutura de equilíbrio, estando hoje Portugal perante uma nova realidade.

### **2.3 Após a Integração na UE e a NATO**

A entrada da Espanha na NATO, embora encarada como uma ameaça para a

valorização e a autonomia do território nacional, faz com que Portugal e a Espanha partilhem, pela primeira vez, a mesma organização de defesa colectiva. Mas a verdadeira revolução no relacionamento entre Portugal e a Espanha ocorre na sequência da adesão simultânea às Comunidades Europeias.

As relações económicas entre os dois países nunca foram muito expressivas, tendo em conta a sua proximidade geográfica. Portugal sempre foi um país pobre, facto que contribuiu para o distanciamento entre Espanha e Portugal! Não havia grande interesse em comerciar com Portugal, que era pobre, preferindo a Espanha voltar-se mais para um mediterrâneo, mais rico. Por outro lado, com maior expressão há uns anos atrás, as regiões fronteiriças tanto do lado de cá como do lado de lá, eram pouco povoadas, sem aglomerados urbanos significativos. A fronteira em Trás-os-Montes, Beira Interior e Alentejo, tinham, e ainda têm um vazio, que não convidava ao comércio. Mesmo em tempos mais próximos, do Estado Novo, o contrabando consistia em “caramelos e café”.<sup>3</sup>

Mas com o fim das barreiras aduaneiras, o mercado único, e a livre circulação de pessoas e bens, a Espanha passou a ser o nosso principal parceiro comercial.

Apesar da imagem de Portugal continuar a ser a do "velho aliado da Grã-Bretanha", Lisboa aparece muito mais vezes ao lado de Madrid do que de Londres. E esta é uma tendência que parece acentuar-se pela aposta conjunta luso-espanhola na moeda única e na nova atitude de Portugal, mais autoconfiante e menos tímido, aberto à implementação de novos passos com vista à união política europeia (TOMÉ, 2000).

Embora se verifique uma nítida aproximação entre os dois países, e um diluir dos tradicionais receios do eterno "fantasma castelhano", há que estar atento, pois Madrid aposta claramente numa estratégia de maximizar politicamente a sua pertença à União Europeia, bem expressa quando a própria Espanha propôs em 1994, um "Directório" dos cinco grandes, a que Portugal reagiu intransigentemente por ir contra os interesses dos pequenos países de forte tradição e identidade nacional.

A análise dos investimentos Espanhóis em Portugal, dada a sua expressão, e desequilíbrio, tem ajudado a fomentar velhos "receios" e, porventura, a fazer reemergir tendências *iberistas*<sup>4</sup>, normalmente associadas a dificuldades socio-económicas. Contudo, se compararmos as relações económicas entre os dois países com outros exemplos de vizinhos semelhantes, facilmente se verifica que o grau de integração das duas economias ainda é inferior ao que se regista entre a Alemanha e a Áustria, ou entre a Alemanha e a

---

<sup>3</sup> TGen Cabral Couto na entrevista exploratória, em 10OUT06.

<sup>4</sup> Apêndice A - Corpo de Conceitos.

Holanda. Isto resulta não apenas da participação conjunta na EU, mas também do próprio processo de integração, de liberalização, de globalização da economia europeia e mundial (TOMÉ, 2000).

A adesão de Portugal e Espanha às Comunidades Europeias em 1985, veio permitir um incremento significativo, nas relações comerciais tanto com os países Europeus, como entre si, sendo que hoje a Espanha é o nosso principal fornecedor e cliente.

## **2.4 Interesse Nacional**

«Interesse» exprime o que o Estado, tendo em vista os seus fins entende como necessário ou desejável numa situação, região ou problema específico. Como o que é necessário ou desejável se transforma, evidentemente, num objectivo da política, há uma correspondência natural entre os termos «*objectivos*» e «*interesses*» (COUTO, 1988: 64).

Os objectivos a alcançar, a todo o momento, pela política, podem ser de múltipla natureza, de importância variada, de âmbito diverso e de diferente dimensão temporal.

Na conjuntura actual, num mundo em globalização<sup>5</sup>, os interesses nacionais deixaram de estar onde, tradicionalmente, se procuravam. Imaterializaram-se, desterritorializaram-se. Não estão, hoje, fundamentalmente, na defesa física da fronteira, ou na imposição da vontade pelo poder da força. Deslocaram-se e encontram-se, essencialmente, no controlo dos fluxos e na capacidade de presença e influência no poder das redes (TEIXEIRA, 2000: 117).

A globalização, a interdependência, a revolução da informação e a interactividade, ampliam os espaços de inserção e organização dos actores internacionais. Definindo um novo conceito de fronteira e um novo ambiente estratégico para a afirmação e defesa do interesse nacional, em que o diálogo, a cooperação e a concertação são instrumentos privilegiados.

Neste contexto internacional, Portugal persegue a afirmação e defesa dos seus interesses nacionais em espaços alargados, reconhecendo que a actual estrutura da comunidade internacional é complexa e que se encontra em profunda alteração. Assim a defesa do interesse nacional tem de ser feita, quer no contexto internacional, em “fora” diversos, quer no núcleo duro da nacionalidade, no Território Nacional (DGPDN, 2003: 8).

Os actores internacionais são assim levados a definirem um espaço estratégico de interesse nacional onde fazem a aplicação do seu potencial estratégico, evitando vazios e

---

<sup>5</sup> Apêndice A – Corpo de Conceitos.

privilegiando a aplicação das estratégias gerais mais adequadas aos objectivos que perseguem.

Estes espaços estratégicos de interesse nacional, encontram-se definidos no CEDN.

O EEIN permanente, que inclui o Território Nacional, o espaço de circulação entre as parcelas do TN, e os espaços aéreo e marítimo sob responsabilidade nacional, águas territoriais, os fundos marinhos contíguos, a ZEE e a zona que resultar do processo de alargamento da plataforma continental;

O EEIN conjuntural, que decorre da avaliação da conjuntura internacional e da capacidade nacional, tendo em conta as prioridades da política externa e de defesa, os actores em presença e as diversas organizações em que nos inserimos. Vários espaços estão equacionados: O espaço euro-atlântico, que compreende a Europa onde nos integramos, o espaço atlântico em geral e o relacionamento com os EUA; o relacionamento com os Estados limítrofes; o Magrebe<sup>6</sup>, no quadro das relações bilaterais e o diálogo com o Mediterrâneo; o Atlântico Sul em especial o relacionamento com o Brasil; a África lusófona e Timor-Leste; os países onde existem fortes comunidades de emigrantes portugueses; os países ou regiões em que Portugal tenha presença histórica e cultural, nomeadamente Macau; países de origem das comunidades imigrantes em Portugal.

### **3. PORTUGAL E ESPANHA – Factores Geopolíticos/Geoestratégicos**

Neste capítulo iremos abordar alguns factores geopolíticos considerados como mais relevantes para determinar as potencialidades e vulnerabilidades.

#### **3.1 Aspectos relevantes do factor físico**

Ao olharmos um mapa da Europa, salta-nos imediatamente à vista uma unidade separada do restante continente, a Península Ibérica. Esta encontra-se separada da Europa por uma cadeia de montanhas que são os Pirinéus, que constituem por si uma barreira natural em relação à Europa.

Coabitam nesta península dois países, Portugal ocupando cerca de um quinto do território, e Espanha ocupando os outros quatro quintos. Ambos os países possuem regiões autónomas localizadas no Oceano Atlântico e no Mar Mediterrâneo, permitindo projectar os respectivos espaços de interesse para o interior dos referidos mares. A ZEE portuguesa, é a maior, em termos úteis da Europa, prevendo-se a sua extensão até às 350 milhas.

A descontinuidade territorial confere-lhes por um lado, algumas vulnerabilidades, especialmente a Portugal, tendo em conta a sua menor dimensão geográfica, por outro lado

---

<sup>6</sup> Apêndice A – Corpo de Conceitos.

permite definir algumas potencialidades, como o espaço adicional com importantes reflexos geopolíticos e geoeconómicos; uma profundidade estratégica, importante, tanto para o espaço peninsular, como para o europeu; e a possibilidade de se constituírem como importantes pontos de apoio à projecção de poder, de controlo do espaço marítimo e às rotas de navegação.

### **3.2 Aspectos relevantes do factor humano**

A população portuguesa é de 10 569 592 habitantes, enquanto que Espanha tem uma população de 43 038 035. Correspondendo a um diferencial de mais de 30 milhões de habitantes<sup>7</sup>. Não obstante este diferencial, a densidade populacional nacional é superior, atingindo os 114 hab/km<sup>2</sup>, em oposição aos 85 hab/km<sup>2</sup> verificados em Espanha<sup>8</sup>.

Analizando a distribuição da população<sup>9</sup>, poderemos concluir que as regiões de maior concentração populacional se encontram junto à costa atlântica e mediterrânica, com excepção da região de Madrid situada no centro da península.

Em relação às taxas de natalidade e mortalidade, poderemos constatar que em Espanha a taxa de natalidade segue uma mesma tendência de crescimento, enquanto que em Portugal tende a descer, embora tenham valores idênticos. A taxa de mortalidade é menor em Espanha do que em Portugal<sup>10</sup>.

Projectando para um horizonte até 2040, as tendências de evolução apontam para Portugal uma diminuição até aos 9,8 milhões de habitantes, e em Espanha espera-se um crescimento até aos 45,5 milhões<sup>11</sup>. As pirâmides etárias de ambos os países assemelham-se, encontrando-se a maior parte da população compreendida entre os 24 e os 40 anos<sup>12</sup>.

No que respeita à homogeneidade, a população portuguesa, apesar de alguma heterogeneidade natural, ditada pelas diferentes localizações geográficas é no seu conjunto um grupo homogéneo, com forte identidade cultural e um elevado sentido de Nação.

A diversidade das gentes espanholas, encontra-se na própria génese do país. A reconquista cristã levou à criação de vários reinos, condados e principados na península, o que permitiu a criação de identidades próprias nestas regiões. Hoje a nacionalidade espanhola é vista por muitos como uma segunda nacionalidade, depois da que é inerente à comunidade autónoma a que pertence.

---

<sup>7</sup> Anexo A1 – População em 2005

<sup>8</sup> Anexo A2 – Densidade Populacional 2005 (Hab/km<sup>2</sup>)

<sup>9</sup> Anexo A3 – Densidade populacional por regiões

<sup>10</sup> Anexo A4 – Evolução das taxas de natalidade e mortalidade

<sup>11</sup> Anexo A5 – Projectção da população na Península Ibérica

<sup>12</sup> Anexo A6 – Pirâmide etária

### **3.3 Aspectos relevantes do factor circulação**

#### **Sistema Aéreo**

Em Portugal, existem 66 infra-estruturas aeroportuárias<sup>13</sup>, sendo 42 pavimentadas e 5 com pistas superiores a 3 047 m. Destacam-se no Continente, os aeroportos internacionais de Lisboa, Porto e Faro, nas Regiões Autónomas os de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Funchal e Porto Santo. Ao longo de toda a faixa litoral existem diversos pequenos aeródromos para apoio a actividades comerciais, industriais e lazer.

Espanha conta com 157 infra-estruturas aeroportuárias<sup>14</sup>, ocupando o quinto lugar da UE, dos quais 95 são pavimentadas e destas, 15 com pista superiores a 3 047 m. O Ministério do Fomento Espanhol, contabiliza 40 como os mais importantes, destacando-se pelo seu tráfego, o de Madrid, Barcelona e Palma de Maiorca.

#### **Sistema Marítimo**

Em Portugal as infra-estruturas portuárias encontram-se disseminadas ao longo de toda a costa, muitas delas de carácter piscatório, de pequenas dimensões.

O porto de Sines, é o principal porto português e com maiores potencialidades, devido às suas condições naturais, de águas profundas e fundos não sujeitos a assoreamento. Tem cerca de 4 200 m de cais e é o porto nacional que movimenta maior volume de mercadorias, 25 milhões de toneladas em 2005, verificando-se um incremento de 11% relativamente ao ano de 2004<sup>15</sup>. Já em 2006, atingiu um novo máximo, superando 27 milhões de toneladas, constituindo 43% do total de mercadorias movimentadas nos portos nacionais<sup>16</sup>

A Norte, pela dimensão e importância destaca-se o Porto de Leixões, como a maior infra-estrutura portuária do Norte do país, possuindo 5 km de cais e dispondo de boas acessibilidades marítimas, ferroviárias e rodoviárias. Movimenta cerca de 14 milhões de toneladas de mercadorias por ano<sup>17</sup>. Os portos de Aveiro<sup>18</sup>, Setúbal/Sesimbra<sup>19</sup> e Lisboa<sup>20</sup>, embora de importância mais relativa, movimentaram respectivamente cerca de 3,3, 6,0 e 12,4 milhões de toneladas de mercadorias em 2005.

Em Espanha os portos com maior tráfego de navios são Algeciras, Barcelona, Tenerife, e Valência.

---

<sup>13</sup> CIA, World Factbook 2006 - <https://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/po.html>

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> Boletim estatístico de 2005 da Administração do Porto de Sines (online).

<sup>16</sup> Jornal Expresso, Caderno Economia, de 17FEV07, pag. 9.

<sup>17</sup> Estatísticas de 2005 da Administração do Porto de Leixões (online).

<sup>18</sup> Estatísticas de 2005 da Administração do Porto de Aveiro (online).

<sup>19</sup> Estatísticas de 2005 da Administração do Porto de Setúbal (online).



### **Sistema Rodoviário**

A rede de estradal em Portugal sempre facilitou a ligação no sentido N-S, indo ao encontro do isolamento relativamente a Espanha. Embora ainda hoje seja mais profusa no litoral, têm-se desenvolvido novas vias de comunicação, largas e modernas, ligando o interior. A rede estradal encontra-se, salvo algumas excepções em boas condições.

Em Espanha, fruto da política centralizadora de Madrid, tem uma distribuição radial, sendo Madrid o centro de toda a rede. Hoje face à pressão exercida pelas Regiões Autónomas, estão a desenvolver-se ligações directas entre as Regiões evitando o “ser obrigatório passar por Madrid”. A rede de estradas é de um modo geral boa.

### **Sistema Ferroviário**

A rede ferroviária em Portugal cobre todo o território continental, com uma extensão superior a 3 600 Km dos quais 2 839 com tráfego e destes 1436 Km electrificados<sup>21</sup>. Em Espanha a extensão total dos caminhos-de-ferro é superior a 14 800 Km, dos quais 11 800 de via larga<sup>22</sup>.

Tanto Espanha como Portugal tem uma rede ferroviária das mais baixas da UE a 15, ambos encontram-se em antepenúltimo lugar com o valor de 0,03 Km de via por Km<sup>2</sup>, somente à frente da Finlândia e da Grécia, e em paridade com a Suécia<sup>23</sup>.

Espanha possui uma linha de alta velocidade, AVE. Pretende ligar Madrid a todas as capitais regionais. De momento já se encontram operacionais os troços Madrid – Sevilha desde 1992, Madrid – Zaragoza, Zaragoza – Lérida e Zaragoza – Huesca.

Em Portugal é a RAVE, constituída em 2000 é a responsável pelo projecto. Neste momento estão acordados os traçados Lisboa – Porto, para 2015, Mário Lino em entrevista ao DN de 30 Outubro de 2006, prevê a ligação Porto – Vigo para 2013, dois anos antes do previsto, Lisboa – Elvas para 2013, e como de interesse para Portugal e Espanha, as ligações Aveiro – Salamanca e Évora – Faro – Huelva.

### **3.4 Aspectos relevantes do factor Científico-Tecnológico**

No que respeita a este sector, ambos os países tem uma baixa percentagem atribuída ao conhecimento. Espanha investiu em 2004, 1,07% do seu PIB, enquanto Portugal apenas 1,0%, muito abaixo da média da UE a 25 que foi de 1,86%<sup>24</sup>.

---

<sup>20</sup> Estatísticas de 2005 da Administração do Porto de Lisboa (online).

<sup>21</sup> Conforme relatório de contas de 2005 da REFER (online).

<sup>22</sup> CIA, World Factbook 2006 - <https://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/po.html>

<sup>23</sup> Anexo A7 – Quilómetros de linha-férrea por Km<sup>2</sup>.

<sup>24</sup> Anexo A8 – Investimento em conhecimento.

Importa referir o papel do Instituto de Técnica Aeroespacial (INTA), como o principal centro de investigação e desenvolvimento para a defesa. É um órgão fundamental para a I&D espanhola. Encontra-se a participar nos projectos de desenvolvimento dos satélites de comunicação para a defesa SPAINSAT e X-TAR, de satélites de Observação da Terra HELIOS I, II e PLEIADES e também nos programas de Aeronaves não Tripuladas SIVA.

Em Portugal poderá destacar-se o protocolo assinado com o “*Massachusetts Institute of Technology*” (MIT), em 2006, que poderá vir a ter algum impacto no campo da Investigação e Desenvolvimento, potenciando o desenvolvimento de projectos entre universidades e empresas. Outra iniciativa de destaque e que consta do Programa do XVII Governo, é a implementação do *Plano Tecnológico*, que prevê diversas medidas de forma a cobrir algumas lacunas nesta área.

### **3.5 Aspectos relevantes do factor estruturas políticas**

Os sistemas políticos de ambos os países são democracias, conquistadas no séc. XX. Em Portugal foi adoptado um sistema de cariz republicano na sua forma semi-presidencialista, no qual o Chefe de Estado é o Presidente da República, eleito por sufrágio universal directo e secreto, por mandatos de 5 anos. Das suas competências, destaca-se o direito de veto e a possibilidade de, nos termos previstos pela constituição, dissolver a Assembleia da República e exonerar o Governo.

A Assembleia da República, é o órgão representativo de todos os cidadãos portugueses<sup>25</sup>, sendo os deputados que a compõem eleitos por mandatos de 4 anos. O Governo é o órgão de condução da política geral do País<sup>26</sup>, representa o poder executivo e é o órgão de administração superior do Estado. O poder judicial é exercido pelos tribunais que têm a competência para administrar a justiça em nome do povo<sup>27</sup>.

A Espanha adoptou uma monarquia parlamentar onde o Rei se assume como o Chefe de Estado, símbolo da sua unidade e permanência. Como Estado de Direito social e democrático, existe separação dos poderes legislativo, executivo e judicial.

O Poder legislativo é exercido pelo Congresso de Deputados, ou Cortes, e pelo Senado. O poder executivo é exercido por um governo em que o respectivo presidente é

---

<sup>25</sup> Constituição da República Portuguesa, artigo 147º.

<sup>26</sup> Idem, artigo 182º.

<sup>27</sup> Idem, artigo 202º.

nomeado pelo Rei depois de investido pelo Congresso de Deputados. O Governo dirige a política interna e externa, a Administração civil e militar e a defesa do Estado<sup>28</sup>.

### **A organização administrativa e as autonomias regionais**

Portugal encontra-se dividido em 18 distritos e duas Regiões Autónomas. Na sua base, o País é organizado em 308 municípios que, por sua vez, se subdividem em cerca de 4257 freguesias. Apesar de Portugal se constituir como um Estado unitário, consagra a existência nas regiões autónomas, de órgãos legislativos e de direcção política, bem como de um estatuto político-administrativo próprios. A Constituição Portuguesa consagra também, a autonomia das autarquias locais, traduzida na existência de entidades e órgãos próprios, com atributos específicos, cujos titulares são eleitos pelo povo, e ainda, a descentralização da administração pública.

A Espanha, encontra-se dividida em 17 comunidades autónomas<sup>29</sup> e duas cidades<sup>30</sup> às quais lhes foi também atribuído um estatuto de autonomia, designadamente as cidades de Ceuta e Melilla. A Galiza, o País Basco e a Catalunha, a par do estatuto autonómico, gozam igualmente da condição de nacionalidade histórica reconhecida pela constituição. Este estatuto traduziu-se na obtenção de uma maior capacidade de decisão e soberania, relativamente às restantes comunidades.

As regiões possuem um parlamento próprio, um governo regional e um sistema de justiça que conta com um Supremo Tribunal de Justiça de cada zona. De salientar ainda, o facto de o País Basco, a Catalunha e Navarra contarem com um sistema policial próprio. O poder central reserva para si, entre outras, o controlo das Forças Armadas e de Segurança, as relações externas, a segurança social, os serviços secretos, jogos e apostas desportivas, a emissão de moeda, o Banco de Espanha, os portos e aeroportos e os caminhos-de-ferro.

Este modelo parece ter atingido o limite, face às exigências da maioria das regiões autónomas. O caso do Plano *Ibarretxe*, apresentado, em Dezembro de 2004 pelo presidente do governo do País Basco, *Juan José Ibarretxe*, é claramente um exemplo. Este plano, derrotado no Congresso, propunha um novo modelo de relacionamento com o Estado e previa a realização de um plebiscito para tornar voluntária a adesão ao Estado espanhol. Outro exemplo mais recentemente foi a aprovação do estatuto autonómico da Catalunha, reconhecendo que é uma nação.

---

<sup>28</sup> Idem, Artigo 97º.

<sup>29</sup> Apêndice A - Corpo de Conceitos

<sup>30</sup> Anexo A9 – Regiões Autónomas espanholas

Parece inevitável a necessidade de levar a cabo uma reforma constitucional. No entanto, as exigências<sup>31</sup> satisfeitas a qualquer das comunidades autónomas serão certamente disputadas pelas restantes regiões, podendo os seus efeitos tornar-se numa verdadeira bola de neve, não sendo descabido considerar como possível o cenário da transformação da Espanha num Estado federal.

### **3.6 Aspectos relevantes do factor estruturas económicas**

Em Espanha a população empregada por sector de actividade<sup>32</sup>, tem a seguinte distribuição: 63,6% da população activa encontra-se empregada no sector dos serviços, 30,8% na indústria e apenas 5,6% na agricultura. Em Portugal, 54,4% da população activa está empregada no sector dos serviços, 32,8% na indústria e 12,8% na agricultura. É de salientar, o facto de sendo Portugal um País com menor superfície para cultivo tenha, em termos proporcionais, mais do dobro da população empregada no sector agrícola, o que poderá ser entendido como falta de mecanização e modernização do sector agrícola.

Em ambos os países o sector dos serviços é aquele em que cada vez mais se baseiam as suas economias. Em Portugal<sup>33</sup>, este sector contribui com 67% do VAB, enquanto que o sector da indústria, construção e energia, contribui com 29%, e a agricultura com apenas 4%. A Espanha<sup>34</sup> apresenta, proporcionalmente, um quadro semelhante com o sector dos serviços a contribuir com 60,30% do PIB, o sector da Indústria, construção e energia com 26,63% do PIB e a agricultura com apenas 2,99% do PIB.

Analisando a taxa de crescimento anual do PIB a preços constantes<sup>35</sup>, verifica-se que ambos os países apresentam tendências opostas. Portugal apresenta, a partir do ano 2000, um acentuado decréscimo, decaindo dos cerca de 3,5% obtidos naquele ano até aos cerca de -1,2% obtido em 2003. A Espanha iniciava em 2000 um período de decréscimo, desde os cerca de 4% até aos 2% de 2002, ano a partir do qual inicia a tendência de subida até aos cerca de 2,4% em 2003.

Relativamente ao PIB per capita a preços correntes<sup>36</sup>, Portugal passou dos 9.900 € obtidos em 1998, para os 13.600 € em 2004. Espanha, nos mesmos anos, passou dos 13.300 € para os 19.700 €. Os valores mais elevados verificam-se em Madrid, Catalunha, País Basco, Navarra, La Rioja, Aragão e as Ilhas Baleares, entre os 17.000 € e os 25.000 €.

---

<sup>31</sup> Anexo B - Comunidades Autónomas e suas aspirações

<sup>32</sup> Anexo A10 – População empregada por sector de actividade (2003)

<sup>33</sup> Anexo A11 – Valor do VAP por sector de actividade (2001)

<sup>34</sup> Anexo A12 – Valor do PIB por sector de actividade em Espanha

<sup>35</sup> Anexo A13 – Taxa de crescimento do PIB a preços constantes

Em Portugal apenas se destaca a região de Lisboa e Vale do Tejo onde se obtém valores superiores aos 17.000 €<sup>37</sup>.

A Espanha é hoje o principal parceiro comercial de Portugal. As importações representam 29,0%, e as exportações ascendem aos 25,9%<sup>38</sup>.

Relativamente às importações espanholas<sup>39</sup>, o nosso País ocupa a oitava posição com 3,3%, surgindo em terceiro lugar, com 9,4%, quando referidas as exportações. Relativamente às trocas comerciais com os restantes países da UE<sup>40</sup>, constata-se uma maior dependência de Portugal representando, em 2005, 80% das exportações nacionais contra os 72% espanhóis, e 77% das importações contra os 63% espanhóis.

### **3.7 Aspectos específicos de interdependência**

A desproporção entre as economias dos dois países e o impacto que algumas medidas por parte de Espanha podem ter na economia portuguesa, em concreto sobre alguns sectores de actividade específicos, tem criado alguma perplexidade em Portugal. Iremos analisar, alguns aspectos que tem estado na ordem do dia e que pela sua importância e impacto, se achou por conveniente explorar.

#### **3.7.1 O Sector Energético**

Portugal e a Espanha não são auto-suficientes em termos energéticos. Ambos os países necessitam de recorrer a fontes externas de energia. O petróleo e seus derivados ocupam o lugar cimeiro nas necessidades dos dois países, representando 63% em Portugal e 52% na Espanha<sup>41</sup>.

Para o mercado da electricidade, encontra-se já implementado o projecto MIBEL. Inicialmente previsto para 01 de Janeiro de 2003, o projecto sofreu sucessivos adiamentos, a que não será alheia a sensibilidade suscitada pela questão energética, face à dependência de ambos os países do exterior. No entanto, a Espanha apresenta, no que diz respeito à produção, maior diversidade de recursos dado que, ao contrário de Portugal, recorreu à produção nuclear (cerca de 24% da energia eléctrica).

No que diz respeito à liberalização do sector, a Espanha detém um avanço significativo relativamente a Portugal. Enquanto que o país vizinho dispõe de várias empresas produtoras e distribuidoras de energia com significativa importância, em Portugal, até 2006, apenas a EDP se apresentava como a única com permissão para operar

---

<sup>36</sup> Anexo A14 – Evolução do PIB per capita a preços constantes

<sup>37</sup> Anexo A15 – PIB per capita a preços correntes, por regiões em 2003

<sup>38</sup> Anexo A16 - Principais parceiros comerciais de Portugal, dados de 2005

<sup>39</sup> Anexo A17 - Principais parceiros comerciais de Espanha, dados de 2005

<sup>40</sup> Anexo A18 – Trocas comerciais com a EU a 25

no mercado. A problemática neste sector prende-se com as participações nas empresas nacionais, nomeadamente na EDP, em que a Iberdrola é o seu maior accionista privado. No entanto, desde Julho de 2004 que a empresa portuguesa assumiu o controlo pleno da espanhola Hidrocantábrico, que também opera no mercado de gás natural.

A questão energética apresenta-se como uma das mais sensíveis no relacionamento entre os dois países, devido à situação geográfica de Portugal que impõe que a maior parte das importações de energia se efectuem através do território espanhol, nomeadamente no que diz respeito à importação de gás natural via gasoduto<sup>42</sup>. Esta fonte de energia primária, atinge o território nacional através da rede ibérica de gasodutos que, por sua vez chega à península pelo Estreito de Gibraltar, utilizando a rede euro-magrebina com proveniência na Argélia, região de relativa instabilidade.

Portugal dispõe de depósitos naturais na região de Sines e Leiria que permitem uma reserva para cerca de trinta dias. Sendo manifestamente insuficiente para fazer face a contingências, Portugal, deverá optar por soluções alternativas, como aliás se faz em Espanha, recorrendo ao Gás Natural liquefeito, utilizando o porto de Sines.

### **3.7.2 Os Recursos Hídricos**

A questão dos recursos hídricos, decorre do facto de cinco dos principais rios que percorrem o território nacional, terem a sua nascente no país vizinho. Referimo-nos aos rios Minho, Lima, Douro, Tejo e Guadiana.

O Plano Hidrológico Nacional de Espanha, surgiu no início da década de 90, foi apresentado pelo executivo espanhol como sendo um instrumento fundamental para definir os objectivos da política de recursos hídricos, prevendo a necessidade de efectuar transvazes dos rios Douro, Tejo e Guadiana, consideradas bacias com capacidade excedentária, para áreas geográficas onde se verificassem situações de défice hídrico.

Por pressões nacionais, afirmando que este plano poderia vir a afectar o equilíbrio hídrico nacional, foi abandonado o projecto dando origem, em 2001, a um novo Plano Hidrológico, mais modesto nas ambições, que prevê a realização de transvazes apenas em rios não internacionais.

O posicionamento geográfico de Portugal, torna-o dependente das acções levadas a cabo no vizinho espanhol, tornando-se necessário acompanhar de perto as posições espanholas sobre a questão, obrigando os responsáveis portugueses a desencadear um

---

<sup>41</sup> Anexo A19 – Consumo de energia primária

<sup>42</sup> Anexo A20 – Rede ibérica de gás natural

apurado relacionamento político, diplomático, bem como um adequado acompanhamento técnico tendente a defender os interesses nacionais que poderão estar em causa.

### **3.7.3 O Sector Bancário**

Uma das principais fontes de investimento espanhol no nosso País, é no sector da banca. Vários grupos espanhóis do sector adquiriram importantes participações em destacados grupos bancários portugueses, como é o caso do Banco Santander Central Hispano (BSCH) que adquiriu o Banco Totta e Açores, o Crédito Predial Português, o Banco Santander Portugal e o Banco Santander de Negócios. Pelo facto de o Banco Totta e Açores ser o quarto maior grupo nacional<sup>43</sup>, em termos de activos, e o terceiro relativamente aos grupos privados com uma cota de mercado com cerca de 11%, permitiu tornar o BSCH no maior da Península Ibérica.

O Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA), o segundo maior banco espanhol, detém uma cota no mercado português que não ultrapassa o 1%, concentrando-se, fundamentalmente, no segmento de mercado médio e alto. O Banco Sabadell de Barcelona, participa num acordo de participação cruzada com o Banco Comercial Português, detém cerca de 3,1% deste último, que, por sua vez, detém cerca de 3% do Sabadell, podendo cada um aumentar a sua participação até aos 20%. De salientar ainda a participação do Banco Catalão La Caixa, com quase 20% do BPI, pretendendo alargar a sua participação no mercado português<sup>44</sup>.

Quanto à participação portuguesa em Espanha, deveremos destacar a Caixa Geral de Depósitos, o maior banco nacional, ainda sob controlo estatal. A sua intervenção naquele mercado iniciou-se em 1991, com a aquisição do Banco Extremadura, o Banco Luso-espanhol e, em 1995, o Banco Simeón. No que respeita a grupos privados, destaca-se o Banco Espírito Santo que adquiriu duas das casas espanholas de bolsa, a Benito y Monjardín e a GES Capital.

Dada a desproporção existente, a dependência da banca portuguesa relativamente à espanhola, poderá vir a constituir uma séria preocupação para o governo português.

### **3.7.4 As Telecomunicações**

As empresas Portugal Telecom (PT) e a Telefónica Móviles (TEM) são os dois maiores operadores do ramo das telecomunicações nos respectivos países. Existe um acordo de participação cruzada ao abrigo do qual a empresa espanhola detém 8% da portuguesa e a PT cerca de 1% da TEM.

---

<sup>43</sup> Anexo A21 – Principais Bancos de Portugal e Espanha

<sup>44</sup> Notícia do DN de 23 de Outubro de 2006, “La Caixa que maior presença em Portugal”

As empresas têm desenvolvido uma aliança estratégica para o Norte de África e América Latina. No Brasil, estas empresas criaram a Vivo, a marca comercial da Brasilcel, que se tornou na maior operadora de telefones móveis, não só no Brasil, mas em toda a América Latina. Esta empresa conquistou uma cota de mercado que ronda os 56%, o que representa cerca de 23 milhões e meio de clientes.

A PT opera no Brasil, no entanto, a TEM é líder de mercado na Argentina, Chile e Peru, ocupando o segundo lugar no México. Em Maio de 2004, a TEM, adquiriu a Bellsouth, operação que lhe garantiu um adicional de 11,6 milhões de clientes, transformando-a no quarto maior operador de telefones móveis do mundo. Em finais de 2004, ambas as empresas investiram cerca de 425 milhões de euros, aumentando a participação em mais quatro empresas brasileiras do sector: a Telesudeste, a Teleleste Celular, a CTR Celular e a Tele Centro Celular.

Esta parceria, também desenvolve actividade em Marrocos, onde adquiriram a operadora de telefones móveis GSM Medi Telecom, conhecida tradicionalmente por Méditel, conferindo-lhes uma cota de mercado de cerca de 43%.

Este sector, também foi alvo de polémica, quando o Estado português “limitou”, através de orientação transmitida ao conselho de accionistas, a participação da TEM na PT a 10%<sup>45</sup>.

### **3.8 Potencialidades/Vulnerabilidades**

Portugal continua a ter pela sua posição geográfica um papel geoestratégico importante. Os cerca de 800 km de “*Arco Atlântico*”<sup>46</sup>, constituem um forte pólo de desenvolvimento económico que permite compensar a deslocalização da UE para Leste.

A região autónoma da Madeira, face à sua localização relativamente à costa ocidental africana e ao Estreito de Gibraltar e a região autónoma dos Açores, situada sensivelmente a meio do Atlântico Norte, mantém a sua importância geoestratégica, necessária à projecção de forças dos EUA, para a Europa como para África.

Portugal apresenta em contraponto com a Espanha uma homogeneidade no seu factor humano que se caracteriza pela mesma língua, cultura e religião predominante, cimentada ao longo de nove séculos, que podem funcionar como reforço da coesão e vontade nacionais.

---

<sup>45</sup> A aquisição do capital na PT teria por base o programa de compra de acções próprias da empresa. Contudo, os estatutos da PT determinam que nenhum accionista que exerça a mesma actividade que a operadora de telecomunicações pode ter na sua posse mais de 10% do capital, salvo se autorizado pela Assembleia-geral.

<sup>46</sup> Corpo de Conceitos



Pela sua importância, é de destacar o projecto de extensão da plataforma continental do seu limite actual de 200 para as 350 milhas náuticas. Na prática, Portugal pretende reclamar todas as áreas que possam ser justificadas à luz da CNUDM. A proposta de extensão terá de ser apresentada nas Nações Unidas até 13 de Maio de 2009<sup>47</sup>

As características naturais de algumas infra-estruturas devem ser exploradas, nomeadamente a importância dos portos portugueses, portos de águas profundas, destacando-se o de Sines. A estes deverão estar associados uma rede rodó e ferroviária com adequadas ligações para a Europa.

Para chegar à Europa via rodoviária ou ferroviária, temos obrigatoriamente que passar por Espanha. Estamos sujeitos ao seu plano rodoviário, e ferroviário, o que se torna uma limitação. Por outro lado atendendo a que o sistema espanhol, obriga a que tudo passa por Madrid, condiciona por vezes as melhores opções nacionais, mais a mais, quando nos deixamos ficar para trás e ficamos com situações de facto à qual já nada se pode fazer, é o caso concreto do TGV.

Podemos resumidamente elencar as potencialidades e vulnerabilidades analisadas nesta visão geopolítica/geoestratégica de Portugal e Espanha.

### **Portugal**

<b>Vulnerabilidades</b>	<b>Potencialidades</b>
Atracção por regiões mais desenvolvidas na fronteira portuguesa pelas regiões menos desenvolvidas do lado de cá.	Conhecimento da África Sub-Sahariana
Grande dependência de fontes energéticas externas	Controlo dos corredores marítimos e aéreos que ligam a Europa à África e à América do Sul, bem como o Atlântico Norte ao Mediterrâneo
Dependência do gasoduto euro-magrebino	Ligação com a América do Sul
Principais rios nacionais nascem em Espanha	Extensão da ZEE
A descontinuidade do território	
Economia débil	

### **Espanha**

<b>Vulnerabilidades</b>	<b>Potencialidades</b>
Organização administrativa apresenta sinais de roturas face às exigências cada vez maiores das regiões autónomas	O seu PIB (5 X o PIB de Portugal)
A heterogeneidade da população, agravada pelos sentimentos nacionalistas ligados à autonomia das comunidades	A indústria automóvel e da construção naval; energia nuclear; auto-suficiência alimentar; comércio diversificado e agressivo
Grande dependência de fontes energéticas externas	Ligação e cabeça-de-ponte entre a Europa e a África
A descontinuidade do território	Posição estratégica de domínio do canal da Mancha.
Ataques terroristas no seu território	Ligação com a América do Sul

<sup>47</sup> <http://www.emepc.gov.pt/entrada.htm>

#### **4. COABITAÇÃO INTERNACIONAL – RISCOS E DESAFIOS**

Historicamente, as relações entre Portugal e Espanha são caracterizadas por períodos de conflitualidade efectiva e períodos de conflitualidade latente. A construção de um Portugal Independente fez-se em oposição a Espanha, que durante séculos constituiu a maior ameaça à nossa independência. A adesão aos mesmos espaços político-económicos e de defesa, determinaram a implementação de um novo figurino de relacionamento. No presente capítulo iremos abordar a coabitação de Portugal e da Espanha em espaços comuns, representados pela UE e Aliança Atlântica, assim como a ligação aos espaços regionais com os quais desenvolveram laços históricos seculares, e nos quais mantêm interesses partilhados.

##### **4.1 Na União Europeia**

A inserção no projecto europeu permitiu, para além de alterações estruturais com o objectivo da convergência com a Europa mais desenvolvida, um incremento do relacionamento económico e comercial nunca antes atingido. Hoje em dia, o projecto de construção da UE envolve outros aspectos da vida dos Estados, prevendo-se a necessidade de se efectivarem cada vez mais transferências de poderes para as instituições europeias, que determinam o surgimento de outros interesses na relação de poderes entre os Estados-membros.

##### **4.1.1 O Relacionamento Económico**

Com a adesão à CEE as relações económicas e comerciais entre os dois vizinhos peninsulares atingiram uma dinâmica nunca antes conseguida. Os reflexos económicos da integração europeia fizeram-se sentir tanto no incremento das trocas comerciais e no investimento bilateral, como no crescimento e amadurecimento das economias dos dois Estados.

Analisando o desenvolvimento económico, verifica-se uma significativa evolução, no sentido da aproximação às economias mais evoluídas da Europa. O rendimento per capita em Espanha passou de um valor de, aproximadamente, 74% da média europeia em 1985, para 88% em 2004, enquanto que, em Portugal, o mesmo índice passou, no mesmo período, de 56% para cerca de 68% <sup>48</sup>.

O cenário macro económico nacional não tem sido muito favorável nos últimos anos. Em 2001 não foi cumprido o PEC, tendo-se atingido os 4,4% do PIB contra o equilibrado défice espanhol. Apesar de, nos anos de 2002 e 2003, ter sido cumprido o

limite de 3% imposto pela UE, com 2,7% e 2,8%, respectivamente, os mesmos foram conseguidos com recurso a receitas extraordinárias, designadamente a alienação de património. Nos últimos anos tem-se assistido a um esforço no sentido da diminuição da despesa pública com vista à diminuição do défice.

A intensificação das relações económicas na península ibérica, fruto de uma globalização impulsionadora de uma maior agilidade, tem favorecido o estreitar de laços entre “*pólos económicos*” que também são identitários (culturais), directamente entre eles. Face a esta realidade, os nossos actores económicos não devem olhar para Espanha como um pólo, mas sim como vários, cada um dos quais com características próprias. (SANTOS, 2004:175) A tendência parece ser para o enfraquecimento económico e político do centro espanhol em favor dos pólos ibéricos, o que coloca Portugal numa situação nitidamente favorável, se souber aproveitar as linhas de força que actuam no espaço da península. (SANTOS, 2004:176). São os casos do Norte de Portugal com a Galiza, e Lisboa-Setúbal com a Andaluzia, pela atracção natural existente entre estas regiões.

O relacionamento entre regiões tem sido incentivado pela política regional da UE, que através da transferência de verbas de fundos específicos<sup>49</sup>, a aplicar em regiões cujo PIB per capita é inferior a 75% da média europeia. Têm sido desenvolvidos projectos para promover a cooperação transfronteiriça como é o caso do INTERREG<sup>50</sup>.

Registe-se que o comércio de Portugal com Espanha é maioritariamente entre empresas, e ainda pouco com o consumidor final, embora já existam actualmente 140 pontos de venda em Espanha através de lojas próprias ou em regime de franchising (Onara, Lanidor, Petit Patapon, Salsa, Wesley, Quebramar, Labrador, Peter Murra)<sup>51</sup>.

Enfim, o maior potencial económico do nosso vizinho peninsular tem permitido às suas empresas uma fácil expansão internacional, na qual o mercado português tem desempenhado, pela sua proximidade geográfica, um papel de iniciador. Para as empresas espanholas, o mercado português é como que um “*alongamento*”<sup>52</sup> do seu mercado, enquanto que as portuguesas, não se encontravam preparadas para um mercado 4 vezes superior. Esta tendência está a alterar-se, gradualmente, com o investimento português a aumentar em Espanha. Os empresários portugueses estão a despertar para um mercado mais atractivo, verificando-se um incremento de negócios com Espanha.

---

<sup>48</sup> Anexo A22 – PIB per capita por ppc

<sup>49</sup> FEDER.

<sup>50</sup> Anexo C - INTERREG

<sup>51</sup> Vida económica de 27OUT06

<sup>52</sup> Termo utilizado pelo General L. dos Santos na entrevista exploratória

A aquisição de grandes empresas nacionais por empresas espanholas, permite a abertura aos mercados exteriores onde aquelas já se encontram fortemente implantadas, como é o caso do Brasil, China, e, também Angola e outros países africanos lusófonos.

#### **4.1.2 A Política Externa e de Segurança Comum**

A conjuntura internacional, a par do alargamento progressivo do espaço europeu, levou a UE a considerar a possibilidade de desenvolvimento de uma PESC. Para conferir capacidade interventora no âmbito da segurança e defesa, o Conselho Europeu de Helsínquia, em 1999, delineou um *Headline Goal*<sup>53</sup> que previa, até 2003, estar em condições de colocar no terreno, num prazo de 60 dias, uma Força militar com cerca de 60.000 efectivos, com apoio naval e aéreo, a qual designou de Força de Reacção Rápida. Para a coordenação da Força, a UE passava a contar<sup>54</sup> com o Comité Político e de Segurança, o Comité Militar da União Europeia e o Estado-Maior da União Europeia, colocados sob a autoridade do Conselho Europeu.

Com a elaboração do “documento *Solana*”, foram definidas as cinco ameaças mais importantes à segurança europeia: o terrorismo<sup>55</sup>, a proliferação de ADM, os conflitos regionais, os Estados falhados e o crime organizado. Em face desta tipologia de ameaças, foi constatada a necessidade de conferir maior flexibilidade e prontidão à Força Europeia, pelo que, por uma iniciativa franco-britânica, procedeu-se à revisão dos objectivos definidos pela *Headline Goal*, surgindo o actual conceito de *BattleGroups*<sup>56</sup>. Trata-se de agrupamentos tácticos formados por cerca de 1.500 efectivos, dotados de capacidade de projecção com possibilidades de sustentação entre 30 a 120 dias. A participação nacional tem sido visível desde a sua criação, dos treze até ao momento declarados, Portugal está presente em dois, o primeiro de comando rotativo entre a Espanha e a Itália, incluindo além destes países a Grécia, onde participa com uma Companhia de Fuzileiros, e prevê-se operacional em 2009. O segundo, com uma Companhia de Engenharia, a constituir sob comando espanhol, que incluirá também forças da Alemanha e da França, operacional em 2008,

A participação nacional é relativamente reduzida, comparativamente à de outros países, ocupando lugares de reduzida importância nos seus estados-maiores. Neste contexto, torna-se relevante mencionar que se prevê, de acordo com o referido pelo

---

<sup>53</sup> Apêndice A – Corpo de Conceitos.

<sup>54</sup> A partir do Conselho Europeu de Nice em 2000.

<sup>55</sup> Apêndice A – Corpo de Conceitos.

<sup>56</sup> Idem.

General CEME, a participação nacional como *framework nation* num BG a oferecer após 2009<sup>57</sup>.

A posição da Península Ibérica como fronteira Sul da UE e a instabilidade em termos de segurança que esta região representa, tem sido objecto de particular preocupação. O interesse estratégico da região mediterrânica ficou bem patente pela realização, em Novembro de 2005, da Cimeira de Barcelona efectuada por iniciativa espanhola e italiana e que contou com o apoio de Portugal. Os fluxos migratórios ilegais que utilizam os países peninsulares como a porta de entrada no espaço da UE, constitui uma preocupação e foi tema da última Cimeira Luso Espanhola realizada em Badajoz, em 24 e 25 de Novembro de 2006.

As tendências hegemónicas espanholas, no seio da EU podem condicionar o papel de Portugal, junto da mesma. A Alemanha, França, Inglaterra, Itália e Espanha pretendem a criação de eventuais directórios com vista de ditar as regras da União, o que pode ser lesivo dos interesses nacionais.

É importante Portugal marcar a sua posição no seio da UE, com uma participação mais expressiva nos BG. Embora Portugal seja um país de recursos limitados, não deverá esquecer a importância da participação nas iniciativas europeias, de forma a conseguir maior visibilidade e credibilidade, para que a sua voz possa ser audível.

#### **4.2 Na Aliança Atlântica**

Após a II GM, Portugal encontrava-se colocado numa situação de primazia, relativamente a Espanha que atravessava um período de isolamento internacional decorrente das posições assumidas no decurso da II Guerra Mundial, bem como do autoritarismo do seu regime político. A importância geopolítica/geoestratégica do espaço português, em particular a posição dos Açores, era reconhecida internacionalmente, bem como o estatuto de diferenciação relativamente ao vizinho ibérico. Mantinha-se a vocação atlântica nacional, agora com uma nova potência marítima.

Em 1949, Espanha assinava um acordo de concessão de crédito com os EUA e em 1953, assina um Convénio Sobre Ajuda para Mútua Defesa e o Convénio sobre Ajuda Económica.

Apesar do afastamento que se verificou em virtude da guerra do ultramar, nunca foi posta em causa a permanência portuguesa na OTAN, mantendo-se a cooperação, tanto no

---

<sup>57</sup> Referido pelo General CEME, em entrevista ao Maj de Eng Raul Gomes “TILD do CEM05/07

quadro multilateral como no quadro bilateral, mesmo no período conturbado de alteração do regime, questão de amplo consenso entre os principais partidos políticos nacionais.

A Espanha assinou em Maio de 1982 o protocolo de adesão à OTAN, passando os dois países a ficar verdadeiramente integrados nas mesmas alianças, parceiros económicos numa comunidade com ambições de integração política, e membros do mesmo tratado político-militar. Com a entrada da Espanha na NATO, Portugal sentiu-se ameaçado pois deixava de ser o único aliado da peninsular, podendo perder algum protagonismo.

Apesar dos receios justificados, na prática o interesse geoestratégico no espaço nacional tem sido uma marca estruturante da presença nacional na Organização. Por outro lado, o Estado português tem sabido fazer valer os seus interesses. Foi o caso da integração de todo o território nacional sob o mesmo Comando OTAN e, ainda, a permanente presença em Portugal de um Comando Regional de significativa relevância como foram o IBERLANT, o SOUTHLANT e é, actualmente, o *JHQ Lisbon*.

São contudo evidentes as diferentes posições de Portugal e Espanha no que respeita às prioridades de política externa e de defesa. O CEDN, privilegia como área prioritária da política externa e de defesa “*o espaço euro-atlântico, compreendendo a Europa onde nos integramos, o espaço atlântico em geral e o relacionamento com os EUA*”<sup>58</sup>, enquanto que a Directiva de Defesa Nacional 1/2004 de Espanha privilegia como área prioritária na política de defesa, a Europa, evidenciando uma intenção clara de se constituir como impulsionadora de uma política de defesa Europeia. A vocação atlântica portuguesa, expressa no CEDN, contrasta assim com a vocação continental espanhola.

Pese embora a diferença político-estratégica dos dois países peninsulares, no âmbito do relacionamento multilateral e da coabitação no seio das OI a que ambos pertencem, Portugal e Espanha assumiram uma tomada de posição comum no apoio prestado aos EUA por altura da realização da Cimeira dos Açores que despoletou a acção militar no Iraque. Enquanto Portugal manteve o seu alinhamento tradicional, a Espanha toma uma posição que a afasta do quadro habitual das suas alianças, isto é, junto do eixo Franco-Alemão. Não será por certo alheia a orientação política do governo espanhol uma vez que logo após as eleições, *José Luís Zapatero*, apesar de não retirar o apoio político aos EUA, faz regressar o efectivo militar espanhol presente no Iraque.

Portugal tem procurado gerir um equilíbrio entre uma vertente atlantista que lhe é essencial dada a importância que tem para nós o atlântico, bem como o apoio da potência

---

<sup>58</sup> CEDN, 5.2

marítima, precisamente para podermos usufruir livremente deste oceano por um lado, e um europeísmo que nos é indispensável em termos de bem estar, baseado numa Europa unida e não dividida. (SANTOS, 2004:122)

A postura nacional no seio UE e OTAN deve por isso ser de *coopetitividade*<sup>59</sup>, com as devidas cautelas por parte de Portugal, para continuar a vincar a sua identidade própria, devendo manter algum distanciamento em relação a Espanha, fazendo valer as suas posições e interesses, evitando a integração da política de defesa colectiva de Portugal na de Espanha (LEAL, 2004:1069).

### **4.3 Noutros Espaços Regionais**

Embora a coabitação no seio da UE e OTAN corresponda aos interesses prioritários para ambos os países, outros espaços se afiguram de significativa relevância, relacionados com as respectivas identidades históricas, formadas ao longo dos séculos.

Abordaremos pela sua importância, o espaço do Atlântico Sul, com destaque para a comunidade de países Ibero-Americanos, a CPLP<sup>60</sup>, assim como a área Sul do Mediterrâneo, com interesse também para a UE e a OTAN.

#### **4.3.1 No Mediterrâneo e Magreb**

Esta região caracterizada por uma instabilidade política, economicamente carenciada, palco de assimetrias de desenvolvimento, onde o extremismo religioso se faz sentir, torna-a particularmente sensível a situações de crise. Por este facto, tem sido alvo do desenvolvimento de programas especiais com o objectivo de promover a segurança, o desenvolvimento económico e a estabilidade política.

A proximidade geográfica dos países ibéricos aos países do Sul do Mediterrâneo e os laços históricos existentes tendem a facilitar a promoção de relações mútuas.

Sobre o Magreb surgem como principais preocupações para Portugal e Espanha, a segurança do gasoduto euro-magrebino e o aumento dos fluxos migratórios em busca de segurança e prosperidade que vêm nos países da península, especialmente a Espanha, a porta de entrada para o espaço europeu.

Têm sido desenvolvidas relações bilaterais enquadradas no âmbito das cimeiras que Portugal e Espanha, individualmente, desenvolvem. Mas é no campo multilateral que têm sido tomadas iniciativas de maior impacto. No âmbito da OTAN, o “Diálogo para o Mediterrâneo” onde Portugal, Espanha, Itália, Grécia e, por vezes, com o apoio dos EUA, desenvolvem iniciativas com vista ao incremento das condições de estabilidade e de

---

<sup>59</sup> Apêndice A – Corpo de Conceitos

<sup>60</sup> Idem

segurança regional. No âmbito da UE, salienta-se aquele que ficou conhecido pelo “Processo de Barcelona”. Esta iniciativa, desenvolvida no decurso da presidência espanhola, decorreu em Novembro de 1995 e contou com a participação dos quinze da UE e de doze PTM<sup>61</sup>. A negociação incidiu em três áreas distintas: a cooperação política e de segurança; a cooperação económica e a cooperação social, cultural e humana; definindo objectivos que se estendem até ao ano de 2010.

A Espanha é, naturalmente, o grande rival de Portugal no comércio com os países do Magreb, no entanto Portugal tem sabido impor a sua presença nos diferentes fora de negociação, podendo inclusive tirar partido das relações de crispação entre Espanha e Marrocos, que por vezes a questão territorial provoca. Aspecto a que Portugal deverá estar atento pois a possibilidade de retaliações, nomeadamente no que se refere ao abastecimento de gás, por quezílias com Espanha, é uma possibilidade.

Como foi referido, uma das vulnerabilidades de Portugal, que também o é de Espanha, é a dependência energética, nomeadamente em relação a este gasoduto. Deveriam ser equacionadas alternativas ao abastecimento de gás, por exemplo através dos portos Nacionais.

A importância do diálogo e da cooperação dos países ibéricos com os restantes países do mediterrâneo deve ser visto como um factor essencial para a estabilidade da UE, contribuindo para a sua segurança e defesa.

#### **4.3.2 No Atlântico Sul**

Para entrar ou sair do Atlântico Sul, é obrigatório fazê-lo através do Canal do Panamá, do Estreito de Magalhães a Sul do continente americano, pelo Mediterrâneo através do estreito de Gibraltar, ou pelo Índico através do Cabo da Boa Esperança. Os países que controlam estes acessos assumem relevância estratégica, tanto maior quanto mais fácil e directa seja a sua passagem e mais ricas ou mais poderosos os seus utilizadores. Por outro lado, começam a emergir potências como o Brasil a Oeste, a Nigéria, Angola e África do Sul a Leste. Dois deles com aspirações a um lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

No Atlântico Sul pode dizer-se que existe um vazio estratégico que começa a ser visto como um espaço de interesse, por um lado fruto do surgir de algumas potências emergentes, por outro, pelos riscos que podem advir de alguns estados falhados, incapazes de exercerem autoridade nos seus territórios. O aparecimento de grupos terroristas

---

<sup>61</sup> Argélia, Chipre, Egipto, Israel, Jordânia, Líbano, Malta, Marrocos, Síria, Tunísia, Turquia e a Autoridade Palestiniana. A Líbia foi o único País da região que não foi convidado.



islâmicos, que se aproveitem destes Estados e daí exportarem violência, leva a uma maior preocupação por parte da UE e da OTAN. A importância para a OTAN deste espaço está bem patente na realização de um exercício da NRF<sup>62</sup>, “*SteadFast Jaguar*”, realizado em 2006 em Cabo-Verde.

Ao longo deste espaço, situam-se ilhas ou arquipélagos, alguns dos quais com destacada importância estratégica, pelo seu posicionamento que lhes permite controlar passagens e regiões, e/ou constituir plataformas aéreas e/ou navais, a partir das quais é possível projectar meios e forças para regiões que as potências envolventes, especialmente as de maior potencial, consideram de seu interesse, ou seus objectivos (SANTOS, 2004: 134).

No Atlântico, maioritariamente, os fluxos fazem-se no sentido Norte-Sul. Para Norte seguem predominantemente as matérias-primas, produtos agrícolas e manufacturados de primeira e segunda geração. Bem como novas ameaças, exporta insegurança. Para Sul, dirigem-se especialmente produtos manufacturados de terceira geração e serviços, bem como velhas ameaças, produz segurança e exporta dominação ou estabilidade.

O Atlântico Sul é um espaço que se reveste da maior importância tanto para Portugal como Espanha que podem constituir pontes privilegiadas entre os mercados europeu, ibero-americano e a CPLP.

### **CPLP**

Neste espaço, reveste-se da maior importância o mundo lusófono, com mais de 230<sup>63</sup> milhões de pessoas distribuídas pelos quatro continentes (África, América, Ásia e Europa), cujos Estados adoptaram como língua oficial o português, sendo a sexta língua mais falada em todo o mundo (terceira entre as línguas ocidentais, após o inglês e o castelhano).

Em 1996 foi criada em Lisboa a CPLP, com três grandes objectivos gerais: a concertação político-diplomática entre os seus estados membros; a cooperação em diversos domínios, onde se inclui a defesa; e a materialização de projectos de promoção e difusão da Língua Portuguesa.

As acções até agora desenvolvidas por Portugal têm-lhe permitido assumir um papel determinante no desenhar do futuro das nações lusófonas africanas, como foi o caso

---

<sup>62</sup> Apêndice A – Corpo de Conceitos.

<sup>63</sup> Angola 12,1 milhões; Brasil 188 milhões, Cabo Verde 420 mil, Guiné-Bissau 1,4 milhão, Moçambique 19,7, Portugal 10,6, S. Tomé e Príncipe 193 mil, Timor-Leste 1 milhão. World Factbook 2006.

da participação nos vários processos de paz que o transformaram num actor determinante. Os diversos projectos de cooperação já desenvolvidos têm contribuído, também, para que o País possa vir a ocupar o lugar de principal dinamizador da CPLP e, assim, minimizar as desvantagens decorrentes da menor capacidade económica relativamente ao Brasil.

Nesse sentido, e tendo por base a Resolução do Conselho de Ministros nº 196/2005, de 22 de Dezembro, que aprova o documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”, foi criado o PAMPA, que tem por objectivo aproveitar a “dupla” experiência e conhecimento do Ministério da Defesa Nacional e das Forças Armadas Portuguesas, por um lado pela participação na União e na Aliança. Por outro, pela longa relação bilateral com os parceiros CTM, em proveito dos Países africanos e da Segurança e Desenvolvimento de África, contribuindo, naturalmente, para a afirmação e visibilidade externa de Portugal. Este Programa desenvolve-se em torno de quatro grandes linhas de acção: Capacitação institucional no âmbito da Segurança e Defesa; Formação de militares dos Países Africanos; Cooperação com Organizações Regionais e Sub-Regionais africanas; Mobilização da agenda africana nas políticas e estratégias das Organizações de Segurança e Defesa (em particular NATO e UE) (PAMPA, 2006).

O Atlântico Sul é, em grande parte, um lago lusófono (SANTOS, 2004:142). Países da CPLP ocupam posições chave à sua volta. *“Guiné-Bissau, no bojo africano ocidental; S. Tomé e Príncipe no Golfo da Guiné Ocidental, estrategicamente bem colocado em relação à costa do continente, suficientemente perto para, a partir dele, actuar sobre a costa ocidental de África no seu bojo ocidental (região petrolífera e de forte presença islâmica, e onde podem proliferar estados falhados) e suficientemente longe para garantir a sua segurança relativamente a ameaças provenientes do continente; Angola, na África Austral; Brasil controlando a costa sul-americana; Cabo-Verde corresponde, no sul, aos Açores, no Norte – a meio do canal ou estreito do Atlântico, entre o bojo ocidental africano e o bojo oriental brasileiro.* (SANTOS, 2004:142)

### **Ibero América**

A Comunidade de Nações Ibero-Americanas engloba todos os Estados soberanos da América e da Europa, cuja língua oficial é o português e o espanhol. Ou seja, Portugal, Espanha, e Américas Central e do Sul. Sendo um espaço onde maioritariamente se fala a língua espanhola, facilmente se poderá concluir que o protagonismo é, mais uma vez da Espanha, resumindo-se a maior capacidade de intervenção portuguesa no Brasil.

Com a adesão de Portugal e Espanha à CEE, esta organização adquiriu novas e poderosas capacidades de negociação, cooperação e intervenção numa zona do Globo com

a qual, até aí, mantinha apenas relações bilaterais de carácter eminentemente comercial, sem qualquer carácter de prioridade. As similitudes históricas, culturais e linguísticas fazem dos dois países os interlocutores privilegiados da UE, numa região particularmente rica em matérias-primas e recursos naturais, onde se encontram constituídas várias Organizações Internacionais<sup>64</sup> do tipo económico e comercial com as quais a UE poderá relacionar-se.

Portugal deverá ter uma postura face ao Brasil que lhe permita uma maior aproximação para se poder relacionar noutras áreas da América Central e do Sul. Deverá ter presente que o *Brasil não precisa de Portugal praticamente para nada, Portugal é que precisa do Brasil*, que é uma potência emergente e auto-suficiente.<sup>65</sup>

A prioridade concedida pela política externa espanhola ao relacionamento com os países da América Latina tem sido uma particularidade comum aos diversos governos, que têm encarado a região de uma forma global, não deixando contudo, de considerar necessário estabelecer associações estratégicas bilaterais com os países de maior dimensão, ou com aqueles que demonstram possuir maiores capacidades de liderança no contexto regional, como é o caso do Brasil.

A importância do Atlântico como factor multiplicador do nosso potencial, e os seus efeitos como contrapeso ao poderoso vizinho do lado, está bem patente ao longo da nossa história. A CPLP é o espaço preferencial de actuação externa de Portugal, fora do quadro da UE e da OTAN. O facto de ser o único País europeu a pertencer a esta Comunidade de Estados, confere-lhe a oportunidade de poder vir a ocupar a posição de pólo mediador, tendo em vista a cooperação multilateral pretendida pela UE. Desta forma, ter acesso aos recursos naturais e matérias-primas de África e Brasil, bem como às Organizações de cariz económico a que cada um dos países pertence. Neste âmbito o **PAMPA** poderá constituir-se como um bom instrumento para combater a influência Espanhola nos países africanos.

Também a China, potência emergente, procura através de Macau ter acesso à CPLP face às potencialidades que esta encerra como mercado de expansão num futuro próximo. Portugal encontra-se numa posição de interlocutor privilegiado da UE quando se olha para o Atlântico Sul onde, por um lado, sobressai o Brasil<sup>66</sup>, potência regional dominante no MERCOSUL, e por outro, Angola. Os visíveis interesses de Espanha nestes países, deverão passar por parcerias estratégicas com Portugal face ao nosso conhecimento do terreno e facilidade de relacionamento.

---

<sup>64</sup> Entre outras a ALCA, Grupo Andino e Mercosul.

<sup>65</sup> General Loureiro dos Santos, em entrevista exploratória.

<sup>66</sup> Portugal é segundo maior investidor no Brasil.

Existem situações de competição e exercício de influência diplomática permanente no Atlântico a Sul que, em termos de política internacional, levantam a questão de que se este espaço não for preenchido rapidamente por Portugal, será certamente preenchido pelas grandes potências, onde podemos incluir a Espanha e onde a China já uma realidade.

Os países ibéricos constituem uma força motriz de aproximação da União Europeia à América Latina, América Central e África. No entanto Portugal deverá adquirir maior autonomia politico-diplomática face a Espanha, que dá a maior importância às cimeiras Ibero-americanas onde se arvoram como os líderes, através da dinamização e fortalecimento da CPLP.

Face à importância crescente que terá o Atlântico Sul, à diáspora portuguesa existente neste espaço e aos interesses em presença, parece-nos oportuno validar a HIP2: *“As linhas de acção estratégica a adoptar por Portugal, deverão propiciar o preenchimento de vazios de presença portuguesa, em especial no Atlântico Sul.”*

#### **4.4 Possíveis Cenários de Evolução das Relações Peninsulares**

A Espanha goza hoje de uma imagem internacional associada a um povo dinâmico, moderno, aberto ao exterior e economicamente agressivo. Esta configura-se hoje como um Estado plurinacional. Em cada espanhol existe como que um duplo nacionalismo, simultaneamente regional e nacional. Espanha é um conjunto de espaços autónomos, dotados de especificidade própria, de idiosincrasias específicas, mas que conjugadamente contribuem para a grandeza do conjunto. Portugal por seu lado constitui-se como um Estado Nação, com algum atraso económico e social relativamente a Espanha. Face a esta nova conjuntura, propomos em seguida, três possíveis Cenários de Evolução, para o relacionamento bilateral no âmbito peninsular:

##### **1º Cenário de Evolução – Desejável<sup>67</sup>**

Portugal consegue recuperar, da posição de dependência estrutural económica em que se encontra, relativamente a Espanha. O processo de alargamento e reforma institucional da União realiza-se, sem que dele resulte a formação de qualquer Directório.

Os dois países continuam a pertencer à UE e à OTAN, mantendo as respectivas individualidades e soberanias, cooperando em áreas de interesse estratégico comum, como o Norte de África ou Atlântico-Sul.

---

<sup>67</sup> TOMÉ, Luís. O Equilíbrio Peninsular, JANUS 1999-2000.

Portugal consegue afirmar a sua especificidade estratégica no quadro euro-atlântico, privilegiando a sua componente atlântica, através de uma ligação preferencial a África, Brasil e EUA.

Este cenário, que designamos por desejável, tem em conta o facto de Portugal e Espanha pertencerem às mesmas organizações internacionais, pelo que, a integração europeia se assume para o primeiro, como quadro multilateral extra-peninsular, para esbatimento das desvantagens decorrentes do relacionamento bilateral. Portugal garante assim, a obtenção dos recursos necessários ao seu desenvolvimento, bem como, o controlo de eventuais "prepotências", decorrentes de acções tomadas por Espanha.

Neste cenário, Portugal apresenta-se como fachada atlântica peninsular e, de certo modo europeia, ligando-se às rotas transcontinentais que unem a Europa, África e a América.

## **2º Cenário de Evolução - Mais perigoso<sup>68</sup>**

Podemos considerar que um cenário que conduzisse a uma subalternização das políticas nacionais a Bruxelas e a Madrid e a uma evolução das relações luso-espanholas num quadro da dependência comprometeria a soberania nacional, uma vez que a Europa e o Mundo aceitariam a representação hegemónica ou exclusiva da península pela Espanha o que seria altamente gravoso para os interesses nacionais pois limitaria a nossa liberdade de acção e favoreceria as correntes "iberistas"<sup>69</sup>, ainda que se admitisse a manutenção da independência política e da individualidade cultural de Portugal. Prefaciando o General Loureiro dos Santos "*quem manda é quem paga*"<sup>70</sup>. Caso Portugal pretendesse inverter esta situação de subalternidade, teria que abandonar a opção europeia, procurando alternativas extra-continentais, designadamente em África e na América, bem como, o apoio da potência marítima (EUA e Inglaterra). Teríamos provavelmente, o regresso ao "franco-nogueirismo", que caracterizou um período significativo da política externa portuguesa, durante o século XX.

Este cenário, que designamos por mais perigoso, é altamente lesivo dos interesses nacionais, uma vez que elimina a liberdade de acção do país, indo de encontro às teses iberistas. Não representa forçosamente, a perda da independência *de jure*, mas representa-o seguramente, *de facto*.

Assim, este cenário pode implicar um, de dois resultados finais: a asfixia de

---

<sup>68</sup> Idem

<sup>69</sup> Apêndice A – Corpo de Conceitos

<sup>70</sup> General Loureiro dos Santos, entrevista exploratória, 18OUT06.

Portugal, provocada pela hegemonia peninsular de Espanha, ou, caso se pretenda evitar esta situação, o regresso à estratégia "anti-castelhana pura e dura", que prosseguimos durante séculos.

### **3º Cenário de Evolução - Desintegração**

A verosimilhança deste cenário, assenta nas enormes dificuldades sentidas por Espanha, na manutenção de um Estado coeso, nomeadamente nas Comunidades Autónomas da Catalunha, País Basco e Galiza.

Um cenário de desintegração política de Espanha, onde os movimentos independentistas mais significativos conseguem alcançar os seus objectivos, originando uma multiplicidade de parceiros peninsulares, com quem Portugal estabelecerá relações, pode favorecer o peso e a influência de Portugal no contexto ibérico mas, um tal cenário pode facilmente resvalar à tomada de uma posição de força por Madrid, provavelmente através das Forças Armadas, por forma a contrariar a evolução do processo. Espanha adopta provavelmente um regime não democrático e, a Península Ibérica entra em estado de guerra civil generalizado, a que Portugal não consegue escapar.

O terceiro cenário, que classificamos como de desintegração, começou a fazer sentido com o avanço das Autonomias, de que são exemplo o “Plano Ibarretxe”, e o recentemente aprovado “Estatuto da Catalunha”, já referidos anteriormente. No caso de uma "desintegração violenta", Portugal ver-se-ia mergulhado numa Península em guerra, sendo-lhe muito difícil manter-se alheado do conflito. No caso de uma desintegração pacífica, Portugal poderia ver reforçado o seu peso e influência, no contexto peninsular. No entanto, esta variante também envolve riscos, pois a instabilidade potencial aumentaria fortemente, podendo verificar-se uma mudança abrupta das condições de coexistência pacífica, entre todas as entidades políticas peninsulares, provocando a emergência de um conflito generalizado.

### **Considerações adicionais aos cenários**

Os Espanhóis são muito nacionalistas. Mesmo os que querem uma autonomia em elevado grau, nomeadamente em termos económicos, interessa-lhes uma Espanha forte que lhes assegure a Política Externa e a Segurança. No fundo querem comprar a segurança e as relações externas duras com algum dinheiro para Madrid<sup>71</sup>.

Antigamente todos os negócios passavam por Madrid, agora são directos, através dos “*Pólos Económicos*” que surgiram, e que permitiram que as “*atracções estratégicas*

---

<sup>71</sup> General Loureiro dos Santos, em entrevista exploratória, realizada em 18OUT06.

*naturais*” se desenvolvessem. Para Portugal interessa a situação em que as Regiões sejam pólos económicos, com algum poder político para permitir que nos entendamos com eles, mas sem o poder político total.<sup>72</sup>

O cenário que melhor pode servir os Interesses Nacionais será o reforço do papel autonómico e da individualidade estratégica de Portugal no quadro da segurança europeia e atlântica, bem como da sua "especificidade" quer na vertente africana e lusófona, quer por via da ligação privilegiada à potência marítima. Para isso, Portugal terá de conseguir um maior equilíbrio nos índices mútuos de crescimento, desenvolvimento e modernização; um maior aprofundamento das relações peninsulares num quadro de parceria; garantindo que os interesses fundamentais de Portugal na evolução dos processos de integração e alargamento europeu sejam garantidos e por último o reforço e cooperação de ambos os países nas áreas estratégicas que lhe são comuns, como o Norte de África, a bacia do Mediterrâneo, a América Latina e o reforço do flanco Sul da Europa no quadro comunitário.

Portugal não dispõe de meios para pensar globalmente a sua acção externa, como a Espanha não dispõe de meios para pensar sozinha a sua relação com o Brasil lusófono. Para a Espanha, a América Latina é a primeira prioridade da sua política externa em termos de cooperação.

Uma parceria entre os países ibéricos nesta matéria poderia permitir-lhes pensar em conjunto a sua acção externa na América Latina hispanófona e lusófona. Até porque uma ponte Atlântica entre a UE com base na Península, teria um valor precioso no contrariar da tendência europeia para um movimento económico e histórico a Leste, poderiam influenciar ou mesmo conduzir a política externa da UE relativamente à América Latina e garantiam uma projecção da sua cultura.

## **5. LINHAS DE ACÇÃO POLITICO/ESTRATÉGICA – REFLEXÕES FINAIS**

Parece-nos chegada a altura de validar as restantes duas hipóteses levantadas antes de responder à questão central: *“No quadro das actuais relações entre Portugal e Espanha, quais as linhas de acção estratégica a adoptar, de modo a garantir a salvaguarda dos interesses nacionais”*.

Assim, para a HIP1 *“As linhas de acção estratégica a adoptar por Portugal devem ser caracterizadas pela contraposição às adoptadas por Espanha.”* Façamos a seguinte análise:

---

<sup>72</sup> Idem

As diferentes posições assumidas nas instituições europeias, são marcas evidentes, de que o facto de ambos pertencerem à União, não impede a existência de interesses estratégicos diferenciados. O posicionamento relativamente à defesa europeia é uma questão de divergência, que constitui um bom exemplo do que acabamos de afirmar. A Espanha pretende que seja constituído um pilar autónomo de defesa, enquanto Portugal defende que esse pilar venha a ser desenvolvido de uma forma complementar, e em articulação com a Aliança Atlântica.

A recente reaproximação da Espanha à França e à Alemanha, tem reacendido a ideia de criação de um directório europeu, constituído pelos quatro maiores países da UE, aos quais se deveria juntar o nosso vizinho peninsular. A procura de mais poder dentro das instituições europeias, tem sido uma ambição permanente dos espanhóis, que provavelmente acabará por dar frutos. Esta é uma preocupação que deverá manter-se sempre presente no espírito dos governantes portugueses. A orientação estratégica que acabamos de referir, associada à adopção de um sistema de votação favorecendo os Estados demograficamente mais importantes, poderá ter consequências gravosas para Portugal, como a sub-representatividade ou a subalternização, em áreas tão importantes como a Política Externa e de Segurança Comum.

O quadro presente, permite também visualizar a possibilidade de tomada de posições conjuntas, como aliás já no passado recente foi possível. Temos na memória o esforço comum, desenvolvido no sentido garantir a coesão económica e a cidadania europeia, ou o acesso aos diversos fundos utilizados como suporte ao desenvolvimento económico, posições que foram reflectidas na expressão “chegar a Bruxelas, via Madrid”.

Outra posição convergente, foi um alinhamento atlântico com a Cimeira dos Açores e o apoio conferido aos EUA na acção militar sobre o Iraque. Em plena divisão europeia, Portugal e Espanha encontravam-se lado a lado, o que no período em análise, era uma situação inédita. No entanto, consideramos importante salientar que, enquanto Portugal mantinha o seu tradicional alinhamento, a Espanha assumia uma posição conjuntural, à qual o facto de ter sido eleita Membro Não Permanente do Conselho de Segurança da ONU, poderá não ter sido indiferente. No entanto, note-se o protagonismo de *José María Aznar* comparado com *Durão Barroso*, em que nas referências à fotografia de conjunto, os periódicos internacionais, se esqueciam de referir o nome do quarto participante.

A comunhão de objectivos tem encontrado reflexos, também, noutras áreas da política externa como é o caso dos interesses nos espaços regionais, onde já foram definidas estratégias comuns, tanto no seio da UE como na OTAN. Contudo, é necessário



deixar claro que a coincidência de posições deverá ocorrer “por vontade própria”<sup>73</sup> e resultando em prol do interesse nacional.

Pela análise anterior, podemos negar esta hipótese.

Quanto à HIP2, “*As linhas de acção estratégica a adoptar por Portugal, devem ser caracterizadas pela complementaridade entre as visões atlântica e europeísta.*”, Vejamos:

O Atlântico como factor multiplicador do nosso potencial, e os seus efeitos como contrapeso ao poderoso vizinho do lado, é uma constante ao longo da nossa história. Este enquadramento revelou, que a possibilidade de um maior ou menor pendor atlântico, poderá constituir um modo diferenciador da postura estratégica. Contudo, Portugal encontra-se empenhado no processo de construção da Europa, sendo esse o espaço geográfico onde se encontra inserido. Será aí que o país deverá exercer preferencialmente o seu esforço e atenção. No entanto, Portugal considera indispensável o relacionamento transatlântico para a Europa, porque lhe atribui a estrutura de segurança que ainda não possui, e porque lhe confere uma centralidade estratégica, que uma exclusiva opção europeia não permite. “*A manutenção e reforço do vínculo transatlântico é essencial para o nosso país. Só ele é capaz de proporcionar uma Europa unida e em paz e, como consequência, a continuação da estabilidade na área euro-atlântica, que já nos proporcionou o período de paz mais longo da história de Portugal, no território e outros espaços nacionais*” (SANTOS, 2004: 141).

Se tivermos em conta os objectivos últimos de qualquer Estado, a sua *segurança* e o *progresso e bem-estar*, (COUTO, 1998: 60), poderemos dizer que Portugal necessita do vínculo euro-transatlântico para ver salvaguardados estes mesmos objectivos.

Ao longo da sua história, “*Portugal, tem-se defrontado com o dilema da sua orientação, ou vantagem entre uma vertente Atlantista que lhe é essencial, dada a importância que tem para nós o Atlântico e toda a sua área envolvente, bem como o apoio da potência marítima (actualmente a única super potência), precisamente para usufruirmos livremente deste oceano, por um lado; e um europeísmo que nos é indispensável em termos de bem-estar, ressaltando como é crucial que este se baseie numa Europa unida e não dividida ...Trata-se de uma política que História mostra corresponder aos nossos interesses nacionais vitais – prudente e sábia*” (SANTOS, 2004: 122). Podemos assim validar esta hipótese.

---

<sup>73</sup> General Loureiro dos Santos, entrevista exploratória, 18OUT06.

## 5.1 Linhas de Acção Estratégica

Respondidas as hipóteses, vamos então ver quais as linhas de acção estratégica a adoptar por Portugal, no quadro as actuais relações peninsulares, na perspectiva dos interesses nacionais. Como se referiu na introdução limitamo-nos à Política Externa, Económicas e de Segurança e Defesa.

Da análise efectuada, parece poder extrair-se a conclusão óbvia de que, o relacionamento bilateral peninsular, deve privilegiar sempre, as soluções políticas que conduzam à perfeita individualidade (*de jure* e *de facto*) de Portugal e Espanha, pois só essas proporcionam estabilidade e são compatíveis com o processo de integração europeia.

É evidente a tentativa hegemónica de Espanha sobre a totalidade do território peninsular, assim como nas OI a que ambos os países pertencem, o que permite afirmar que estamos perante uma situação estratégica clássica, em que a afirmação dos interesses de um Estado, colide com os interesses de outro Estado.

Posto que, a participação portuguesa na UE e OTAN, é desejável, e a Espanha prosseguirá por certo a afirmação do seu interesse nacional, parece-nos evidente a necessidade de uma visão estratégica nacional adequada ao actual quadro de relações peninsulares e a sua inserção no quadro mais vasto de relações de Portugal nos diferentes espaços de interesse.

### 5.1.1 Política Externa

A defesa do interesse nacional, passa por promover uma participação mais activa de Portugal nos centros de decisão da vida e das instituições mundiais, contrariando a perda de posição relativa do País nos vários quadros comparativos de desempenho a nível internacional. Portugal deve desenvolver uma política externa activa com o reforço da sua individualidade e influência nos destinos da Península e da sua "especificidade" no quadro internacional. Ainda sobre a presença nas OI, Portugal terá que afastar as tendências de sub-representatividade, relativamente à Espanha, fazendo-se representar nos mesmos *fora* que o seu vizinho peninsular ou, caso contrário, "Madrid representará Lisboa e a imagem de diferenciação perante o mundo esbater-se-á" (AMADO, 2005: 215).

Sendo Espanha um parceiro nos mesmos *fora* internacionais, deve ser visto como um aliado mas também um competidor. No quadro peninsular Portugal deverá tomar uma postura *coopetitiva* com Espanha com um maior aprofundamento das relações luso-espanholas num quadro de parceria.

Deverá adoptar-se uma política de cooperação em estreita ligação com Espanha para a América Latina, onde o Brasil assume um papel relevante, mas também em África, potenciando o papel de Portugal na CPLP, e também no Mediterrâneo, sobretudo no Magreb. Como

se referiu, relativamente ao Atlântico Sul, Portugal não dispõe de meios para pensar globalmente a sua acção externa, como a Espanha não dispõe de meios para pensar sozinha a sua relação com o Brasil lusófono.

A questão da lusofonia é talvez um dos aspectos mais importantes da marca diferenciadora de Portugal. É necessário defendê-la, estimulá-la, e expandi-la para que possa contribuir para a indispensável afirmação de Portugal no contexto internacional. Neste âmbito, também a CPLP se afigura como incontornável, cabendo-lhe o papel de principal meio de defesa de uma língua e cultura, comuns a cerca de 230 milhões de pessoas, tendo Portugal a responsabilidade de tomar a iniciativa dinamizadora, e determinar a melhor forma para explorar as suas potencialidades.

### **5.1.2 Económicas**

Resultante da livre circulação de pessoas e bens, as relações económicas entre Portugal e Espanha nas últimas duas décadas, tiveram um grande incremento, facilitado pela geografia e pelo desenvolvimento inevitável das redes de circulação. Existem outros países onde o fenómeno atinge proporções ainda superiores ao nível das interdependências económicas, como seja o caso da Irlanda com o Reino Unido e dos Países Baixos com o seu gigante vizinho, a Alemanha, sem que se tenha verificado as respectivas capacidades de afirmação.

No âmbito do relacionamento bilateral com a Espanha, haverá que reduzir ao mínimo os factores que poderão determinar qualquer tipo de dependência, procurando alternativas externas à Península, designadamente na questão energética. Neste contexto, o porto de Sines poderá desempenhar um papel determinante, no que diz respeito à possibilidade de importação de gás natural liquefeito, estabelecendo-se como alternativa segura ao gasoduto euro-magrebino. Contudo, deverá manter-se em aberto a possibilidade de recurso a outras fontes energéticas, nomeadamente no campo nuclear.

A dependência energética da Europa é hoje uma preocupação, nomeadamente no que respeita ao Gás natural, sendo a Federação Russa e o Norte de África os principais fornecedores. Fruto dessa dependência, a Europa irá precisar de 10 terminais de gás natural liquefeito, e esse projecto deve passar por Portugal onde a Geografia Física é um trunfo.<sup>74</sup>

A internacionalização da economia portuguesa constitui uma necessidade e uma possibilidade que deverá ser explorada pelos nossos empresários. É opinião generalizada dos principais analistas económicos<sup>75</sup>, de que o mercado espanhol se antevê como um destino preferencial e incontornável dos nossos grupos económicos, com todas as

---

<sup>74</sup> António Costa Silva, Professor do IST, “A Europa e a Geopolítica do Gás”, Jorna Expresso, 08DEZ06.

<sup>75</sup> Prof Ernâni Lopes, Programa Prós e Contras, 25SET06.

potencialidades que um mercado de 40 milhões de pessoas poderá fornecer. Daí que haverá que apostar na qualidade, na inovação e na competitividade dos produtos e serviços portugueses, estabelecendo-se, também aqui, a diferenciação positiva de Portugal. Não só Espanha, deverá explorar-se outros mercados, com a concretização de investimentos portugueses no exterior, designadamente no Brasil, mas igualmente noutros países da União Europeia, no Magrebe, em Angola, Moçambique e Cabo Verde. *“Os portugueses são óptimos parceiros para os espanhóis em África. As empresas portuguesas não vão actuar sozinhas, normalmente actuam de forma triangular, Portugal - Africa – Espanha. As operações triangulares noutros espaços são úteis e desejáveis. É do interesse nacional que este tipo de relações ocorra”*<sup>76</sup>

A posição geográfica favorável que se mantém através da fachada atlântica deverá ser explorada como potencial geoeconómico. O desenvolvimento das infra-estruturas portuárias e a sua ligação directa à rede ferroviária transeuropeia, sobretudo a partir do Porto de Sines, poderá potenciar a atracção dos *pólos económicos* peninsulares, com particular destaque para a Estremadura, Galiza e mesmo a importante Catalunha.

Portugal precisa de criar condições para o aumento da competitividade da economia do país, de forma a conseguirem alterar-se, as limitações de ordem estrutural que afectam a economia portuguesa. Necessita, por um lado, melhorar a formação e qualificação de recursos humanos, adaptando-os às necessidades dos empregadores, nomeadamente na área das novas tecnologias, bem como à flexibilidade do mercado de trabalho, condição obrigatória para a obtenção de altos níveis de produtividade; por outro lado, desenvolver as capacidades científicas e tecnológica, permitindo ao País, acompanhar, dentro das suas capacidades, o movimento emergente da Nova Economia. Esta medida, pressupõe um esforço conjunto entre as Universidades e as Empresas, bem como, um significativo investimento privado e público, em I & D.

No seu conjunto, estas medidas permitirão aumentar a atractividade e a produtividade da economia portuguesa, permitindo-lhe afirmar-se autonomamente, numa área peninsular que, mais do que um espaço de cooperação, deverá ser, para defesa do interesse nacional de Portugal, um espaço de competição.

### **5.1.3 Segurança e Defesa**

Portugal deve continuar a vincar a sua identidade própria, mantendo algum distanciamento em relação a Espanha, fazendo valer as suas posições e interesses, evitando

---

<sup>76</sup> Idem

a “integração” da política de defesa de Portugal na de Espanha.

Tal como nos restantes domínios, esta política desenvolve-se actualmente no seio dos fora em que os dois Estados se encontram inseridos: a OTAN e a UE. Para tal importa que o reequipamento das Forças Armadas seja uma realidade, permitindo a interoperabilidade necessária à participação em forças conjuntas e combinadas.

Importa manter em Portugal o Comando de Oeiras, o JHQ Lisboa, como sinal inequívoco do papel de Portugal no vínculo transatlântico e como dinamizador do desenvolvimento das Forças Armadas, pelo que o apoio nacional a esse Comando deverá merecer uma atenção permanente.

À política de segurança e defesa não deverá ficar alheia a dinâmica que actualmente se verifica no âmbito da PESD, materializada no *Headline Goal 2010*, mormente na constituição dos BG. Dos treze até ao momento declarados, Portugal está presente em dois. Neste contexto, torna-se relevante mencionar que se prevê, e é desejável que aconteça, a participação nacional como *framework nation* num BG a oferecer após 2009 que deverá contar com a participação da Espanha.

## 5.2 Reflexões Finais

O trabalho que agora termina insere-se no âmbito da estratégia, e no quadro das relações peninsulares com o qual procuramos dar resposta à questão central: “*No quadro das actuais relações entre Portugal e Espanha, quais as linhas de acção estratégica a adoptar, de modo a garantir a salvaguarda dos interesses nacionais*”. A pesquisa efectuada permite-nos algumas reflexões desenvolvidas ao longo dos capítulos anteriores das quais destacamos:

O modelo político actual, existência de dois pólos independentes, foi aquele que trouxe maior estabilidade à península ibérica, embora “*sempre*” com a presença de um poder exterior, desde a Santa Sé, às alianças estratégicas com as potências marítimas.

A integração de Portugal e Espanha nas mesmas organizações regionais de cooperação económica e de defesa, obrigam a uma alteração da postura nacional face a um vizinho com maior massa crítica, simultaneamente parceiro e competidor em termos regionais e globais.

A posição geográfica portuguesa tem um papel geoestratégico importante pelo que deve ser potenciada.

A importância do atlântico como nosso potenciador estratégico, por um lado, e as vantagens decorrentes do processo de construção da Europa, por outro, fazem com que as linhas de acção estratégica a adoptar por Portugal, devam ser caracterizadas pela complementaridade entre as visões atlântica e europeísta.

Portugal deverá fazer aquilo que fazem os restantes Estados da UE, facilitando a competitividade das empresas e desenvolver as *atrações estratégicas naturais*, que abonam em seu favor, tirando partido da fachada atlântica peninsular.

A CPLP é um dos aspectos mais importantes da marca diferenciadora de Portugal. É necessário defendê-la, estimulá-la, e expandi-la para que possa contribuir para a indispensável afirmação de Portugal no contexto internacional, com vista ao preenchimento de vazios no Atlântico Sul, onde o PAMPA poderá ter um papel determinante.

Para terminar este trabalho gostaríamos de deixar uma reflexão que podemos constatar que ao longo do desenvolvimento do mesmo. Nas diversas obras e monografias consultadas, e mesmo no Programa do Governo, as linhas de acção estratégica aparecem convenientemente elencadas. O que parece faltar é a existência de planos de acções estratégica, com objectivos bem definidos, respectivos indicadores, atribuindo os meios necessários para a sua execução. Esta lacuna, leva-nos à necessidade da existência de um órgão, multidisciplinar que desenvolva estas acções, na dependência do 1º Ministro, que é o responsável pela política do Governo, como tem sido repetidamente afirmado pelo General Loureiro dos Santos. Temos que passar das intenções aos actos, ou seja, não é só preciso dizer que se faz, é preciso fazer o que se diz e demonstrá-lo de forma inequívoca.

Parece-nos oportuno citar o Comandante Virgílio de Carvalho, na sua obra, Elementos de Cultura Histórica, Política, Estratégica e Militar (pág. 36): " ... *que não se pode falar de ventos favoráveis (oportunidades) ou desfavoráveis (obstáculos, dificuldades), quando não se sabe para que porto (objectivo) se quer ir*".

**IESM, 19 de Fevereiro de 2007**

Manuel Mateus Costa da Silva Couto  
Coronel de Cavalaria

## **EPÍLOGO**

*“Quando vemos dois homens dar um abraço, poderemos entendê-lo de duas formas: uma, como sendo uma manifestação de amizade; outra, como um estar a neutralizar os braços do outro para não levar uma facada.”*

TGen Cabral Couto, em entrevista exploratória, em 16OUT06

## BIBLIOGRAFIA

### LIVROS

- ALVES, Ricardo Pinheiro. (2001). *“Portugal: As Relações Ibéricas no Âmbito da Globalização e Liberalização dos Mercados”*. 1.<sup>a</sup> Ed. Lisboa: “Ordem dos Economistas e Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica”.
- AMADO, Luís (2005). Portugal e Espanha, *“Visões de Política Externa Portuguesa”*. Sociedade de Geografia de Lisboa e Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- ANTUNES, José Freire (2003). *“Os Espanhóis e Portugal”*. Oficina O Livro.
- COUTO, Cor Art Abel Cabral (1988). *“Elementos de Estratégia - Apontamentos para um curso”*. Instituto de Altos Estudos Militares, Volume I.
- DIÉGUEZ, Valentín Cabero (2004). *“Iberismo e Cooperação Passado e Futuro da Península Ibérica”*. Campo das Letras.
- DUARTE, António Paulo (2003). *“O Equilíbrio Ibérico séc. XI – XX História e Fundamentos”*. Colecção Atena, Lisboa, Edições Cosmos.
- FERNANDES, António Horta, Duarte, António Paulo (2003). *“Portugal e o Equilíbrio Peninsular – Passado Presente e Futuro”*. Publicações Europa-América.
- IAEM (2000). *Organização Militar*, ME 50-45-00.
- FERREIRA, José Medeiros (1989). *“Um século de problemas: as relações luso-espanholas da união ibérica à Comunidade Europeia”*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- MACEDO, Jorge Borges de, (2006). *“História Diplomática Portuguesa – Constantes e Linhas de força”*. Edição Tribuna da História.
- NOGUEIRA, Franco (2003). *“O Juízo Final”*. 2.<sup>a</sup> Edição Porto: Livraria Civilização Editora.
- OLIVEIRA, César (1987). *“Salazar e a Guerra Civil de Espanha”*. Edições o Jornal.
- RAMALHO, Cor Art José Luís Pinto (1994). *“Opções estratégicas para as pequenas potências”*. Estratégia, Volume VI.
- SANTOS, General Loureiro (2000). *“Reflexões sobre Estratégia – Temas de Segurança e Defesa”*. Publicações Europa-América.
- SANTOS, General Loureiro (2004). *“Convulsões – Ano III da «Guerra ao Terrorismo”*. Publicações Europa-América.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, et al. (2000). *“O Interesse Nacional e a Globalização”*. Colecção Atena, Lisboa, Edições Cosmos.
- VIEGAS, Cor Inf José Manuel, da Silva (1988). *“Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas”*. IAEM.



## **DOCUMENTOS, MONOGRAFIAS E REVISTAS**

FERREIRA, Cor Martins, ALVES, Cor Estêvão, AGOSTINHO, Cor, (2005). “*Relações Peninsulares – Visão estratégica*”. IAEM, TAG, CSCD 04/05.

GROMICHO, Cor Carlos Carvalho, et al. (2006) “*As relações Peninsulares e o interesse Nacional. O Atlântico Sul como espaço de afirmação*”. IESM, TAG, CPOG 05/06

ALMEIDA, José Carlos, “*Portugal o Atlântico e a Europa. A identidade Nacional, a Reimaginação da Nação e a construção da Europa*”. Nação e Defesa nº 107, Primavera de 2004.

CARDOSO, Cor Manuel Fernando Vizela, (1997) “*Visão de Espanha sobre o seu papel no mundo. Implicações para Portugal, nomeadamente nas áreas de segurança e defesa*”, IAEM, TILD, CSCD96/97

CIA, THE WORLD FACTBOOK 2006,  
<https://www.cia.gov/cia/publications/factbook/index.html>

COUTO, Maj Vale do, (2001). “*O Modelo político de construção Europeia e as relações Portugal -Espanha*”. IAEM, TILD, CEM 99/01.

CONSELHO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL, Resolução do Conselho de Ministros 06/03.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA REVISÃO Nº VII, de 2005 -  
[http://www.parlamento.pt/const\\_leg/crp\\_port/](http://www.parlamento.pt/const_leg/crp_port/) (acedido em 16 de Outubro de 2006)

CRUZ, António Martins da Cruz, (2002). “*Grandes Linhas da Política Externa Portuguesa*”, Intervenção perante a Comissão de Assuntos Europeus e Política Externa da Assembleia da Republica em 18 de Junho de 2002.

DGPDN, (2003). “*Cronologia de acontecimentos e acções para a concretização do Conceito Estratégico de Defesa Nacional 2002*”, Súmula nº 80.

DIAS, Dr. José Manuel de Barros, (2004). “*Da Questão Ibérica à União Europeia. Constantes e Mutações no Relacionamento entre Espanha e Portugal*”. Revista Militar nº 4, Abril 2004.

GAGO, Maj Art Rui Pedro Magro, (2006). “*A Postura Político-Estratégica da Espanha, Impacto nas Opções Estratégicas Nacionais*”, IESM, TILD, CEM04/06.

GOMES, Major Raul Cabral, (2006). “*Portugal, a sua Geografia e os seus interesses inseridos no âmbito de uma Política de defesa nacional*”. IESM, TILD CEM05/07.

INE, (2006). “*A Península Ibérica em números*”, Instituto Nacional de Estatística,  
[http://www.ine.pt/prodserv/Edi\\_Bolso/pdf/tema\\_A/pinumeros2006/pin2006.pdf](http://www.ine.pt/prodserv/Edi_Bolso/pdf/tema_A/pinumeros2006/pin2006.pdf) (Acedido em 31DEZ06).

LEAL, Major João Luís Rodrigues, (2004). “*Geopolítica da P. Ibérica: Unidade ou diversidade*”, Revista Militar, nº 2434, Novembro de 2004.

LEI DA DEFESA NACIONAL E DAS FORÇAS ARMADAS, Lei nº 18/95 de 13 de Julho. [http://www.mdn.gov.pt/Defesa/Legislacao/Legislacao\\_Defesa\\_Nacional/Lei\\_18\\_95\\_Alter\\_LDNFA.htm](http://www.mdn.gov.pt/Defesa/Legislacao/Legislacao_Defesa_Nacional/Lei_18_95_Alter_LDNFA.htm), (acedida em 16 de Outubro de 2006)

MOREIRA, Adriano, Prof., (2002). “*Encontros e Desencontros na História das Nações Ibéricas*”. Lição Inaugural no dia 06 de Novembro de 2002 no ISNG.

PAMPA (2006). “*Programa de Apoio às Missões de Paz em África*”. [http://www.mdn.gov.pt/destaques/2006/apresent\\_pampa.htm](http://www.mdn.gov.pt/destaques/2006/apresent_pampa.htm) (Acedido em 26 NOV 06)

PROGRAMA DO XVII GOVERNO CONSTITUCIONAL

[http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos\\_Constitucionais/GC17/Programa/](http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Programa/) (Acedido em 10 OUT 06)

RAMALHO, Cor Art José Luís Pinto, (1998). “*O Conceito de Espaço Estratégico de Interesse Nacional*”. IAEM, TILD, CSCD 1997/98.

RIBEIRO, José Manuel Félix. (2002). “*Fachada Atlântica. Duas Perspectivas (I): Visão Ibérica*”, JANUS 2002. [http://www.janusonline.pt/2002/2002\\_3\\_2\\_6.html](http://www.janusonline.pt/2002/2002_3_2_6.html) (Acedido em 11 OUT 06)

RIBEIRO, José Manuel Félix. “*Portugal: Interfaces Geoeconómicos Europeus e Mundiais (I)*”, JANUS 1999-2000. [http://www.janusonline.pt/2002/2002\\_3\\_2\\_6.html](http://www.janusonline.pt/2002/2002_3_2_6.html) (Acedido em 11 OUT 06)

TOMÉ, Luís, (2000). “*O Equilíbrio Peninsular*”, JANUS 1999-2000. [http://www.janusonline.pt/1999\\_2000/1999\\_2000\\_3\\_1\\_9.html](http://www.janusonline.pt/1999_2000/1999_2000_3_1_9.html) (Acedido em 11 OUT 06)

### **SÍTIOS NA INTERNET**

Acessos ao Porto de Sines [http://www.portodesines.pt/pls/waps\\_portal/go](http://www.portodesines.pt/pls/waps_portal/go) (acedido em 26Out06)

Alta Velocidade Espanha, <http://www.altavelocidad.org/> (acedido em 26Out06)

Constitucion Española [consultada 25 de Outubro 2006]. Disponível em <http://www.tribunalconstitucional.es/CONSTITUCION.htm>

Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental <http://www.emepc.gov.pt/entrada.htm>, (Acedido em 06NOV06)

Estatísticas de 2005, Porto de Aveiro <http://www.portodeaveiro.pt/> (acedido em 26Out06)

Estatísticas de 2005, Porto de Setúbal e Sesimbra, [http://www.portodesetubal.pt/files/estatisticas\\_2005.pdf](http://www.portodesetubal.pt/files/estatisticas_2005.pdf) (acedido em 26Out06)

Estatísticas de 2005, Porto de Lisboa  
<http://www.portodelisboa.com/download/indicadores/public-2005.pdf> (acedido em 26Out06)

Projecto português para a Alta Velocidade, RAVE,  
<http://www.rave.pt/pdf/O%20Projecto%20Português%20de%20Alta%20Velocidade.pdf>  
(acedido em 26Out06)

Estatísticas de 2005, Porto de Setúbal  
[http://www.portodesetubal.pt/files/estatisticas\\_2005.pdf](http://www.portodesetubal.pt/files/estatisticas_2005.pdf) (acedido em 26Out06)

Estatística de 2005, Porto de Sines [http://www.portodesetubal.pt/files/estatisticas\\_2005.pdf](http://www.portodesetubal.pt/files/estatisticas_2005.pdf)  
(acedido em 26Out06)

MARQUES, Helena Bico, LAGES, Rita Isabel, NUNES, Sérgio Leal. Portugal – Espanha um relacionamento “coopetitivo”. [http://www.janusonline.pt/2002/2002\\_3\\_2\\_22.html](http://www.janusonline.pt/2002/2002_3_2_22.html)  
(acedido em 25 MAR 05)

RAVE, <http://tsf.sapo.pt/online/portugal/dossiers/tgv/tgv.swf> (acedido em 26Out06)

Internatioal Energy Agency, <http://www.iea.org/Textbase/publications/index.asp> (acedido em 21DEZ06)

Relatório de Contas da REFER 2005  
[http://www.refer.pt/Documentos/Relatorio\\_Contas/REFER2005\\_PT.pdf](http://www.refer.pt/Documentos/Relatorio_Contas/REFER2005_PT.pdf) (acedido em 26Out06)

<http://www.cplp.org/>

<http://dre.pt/>

<http://www.elmundo.es/>

<http://www.elpais.es/>

<http://www.emepc.gov.pt/>

<http://www.idn.gov.pt/>

<http://www.ine.pt/>

<http://www.ipri.pt/>

<http://www.janusonline.pt/>

<http://www.jornaldefesa.com.pt/>

<http://www.parlamento.pt/>

<http://www.portodesines.pt/>

<http://www.portugal.gov.pt/>

## APÊNDICE A – CORPO DE CONCEITOS

<b>ALMORÁVIDAS</b>	Dinastia marroquina que senhoreou durante anos a Hispânia árabe.  (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira)
<b>ARCO ATLÂNTICO</b>	É uma faixa marítima que se estende das <i>Highlands</i> escocesas à Andaluzia com uma extensão de 2500 km cujas regiões ou países confinantes – Escócia, Irlanda, Bretanha, Galiza, Portugal e Andaluzia – se associaram para juntar esforços e valorizar as suas vantagens no intuito de contrabalançar o eixo central da UE que une Londres a Roma. Este confina com áreas marítimas consideradas como as mais importantes zonas de pesca da UE: Oeste da Escócia e da Irlanda, o Mar Céltico, o Golfo da Biscaia, o Atlântico adjacente a Portugal e o Golfo de Cádiz. Nele se situam também os portos de partida para as costas africanas e da América do Norte e do Sul. Esta faixa penetra no Atlântico Norte por intermédio dos Açores. ( <a href="http://www.europa.eu.int">www.europa.eu.int</a> ).
<b>BATTLEGROUP</b>	É uma força com cerca de 1 500 militares baseada no conceito de armas combinadas, centrada num batalhão de Infantaria, com capacidades adicionais de apoio de serviço e apoio de combate em elevado grau de prontidão, rapidamente projectável, que garante capacidade à EU para liderar Operações de Gestão de Crises de forma independente, considerando-se para efeitos de planeamento que poderá ser empregue num raio de 6000 Km a partir de Bruxelas, em áreas de interesse da EU sob a égide da ONU.
<b>CONCEITO ESTRATÉGICO</b>	<i>“É uma elaboração intelectual apropriada a um espaço geográfico e político, a um poder com capacidade para utilizar certos vectores estratégicos e a uma determinada conjuntura – é portanto percepção de um ambiente e rumo para uma acção.”</i>  (Barrento, Gen. Martins - O conceito estratégico da Fundação IN, Nação e Defesa, Abr/Jun 1998.)
<b>COOPETIÇÃO</b>	O termo “ <i>coopetition</i> ” nasceu ligado a estratégias no âmbito das actividades imobiliárias, através da criação das <i>Multiple Listing Services</i> (uma lista conjunta definia a capacidade de oferta global), como forma de cooperativamente se competir num ambiente

equitativo. O sector seguinte a adoptar o termo foi o sector de redes informáticas. A ideia defende que num mercado de âmbito mundial existe possibilidade de lucros para todos os participantes. Desta forma, se todos os vendedores adoptarem acções de cooperação os lucros potenciais dessas medidas seriam superiores àqueles que resultariam se os consumidores fossem obrigados a escolher um dos lados. A competição pura teria como consequência a diluição dos lucros, aniquilando, inclusive, alguns dos competidores. A ideia fundamental passa por cooperar quando se está a construir o bolo e ser competitivo aquando da sua divisão. (Portugal – Espanha, uma relacionamento “coopetitivo” – JANUS 2002).

## **COMUNIDADE AUTÓNOMA**

Uma comunidade autónoma é uma entidade territorial que, no ordenamento constitucional do Estado espanhol, é dotada de autonomia legislativa e competências executivas, bem como da faculdade de se administrar mediante representantes próprios

## **CPLP**

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros. Criada em 17 de Julho de 1996, a CPLP goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia financeira. A Organização tem como objectivos gerais:

- A concertação político e diplomática entre seus estados membros, nomeadamente o reforço da sua presença no cenário internacional, a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social e a materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa.

## **ESTRATÉGIA**

*“Ciência e a arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objectivos políticos que suscitem, ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra vontade política”.*

(TGen Cabral Couto, Elementos de Estratégia I, IAEM, 1988, p:209)

**FACTORES**

**GEOPOLITICOS /  
GEOESTRATÉGICOS**

*“Um conjunto de agentes, elementos, condições ou causas de natureza geográfica, susceptíveis de serem operados no levantamento de hipóteses para a construção de modelos dinâmicos de interpretação da realidade, enquanto perspectiva consistente de apoio à Política e à Estratégia”.*

(Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica, ME 71-00-08, IAEM, 1993, p: 17)

**GEOESTRATÉGIA**

*“O estudo das constantes e variáveis do espaço acessível ao homem que, ao objectivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego, ou ameaça de emprego de formas de coacção, projecta o conhecimento geográfico na actividade estratégica.”*

(Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica, ME 71-00-08, IAEM, 1993, p: 11)

**GEOPOLÍTICA**

*“Procura de relacionamento entre tipos comuns de comportamentos políticos com as diversas áreas geográficas, e o estudo da influência da geografia no enunciado dos objectivos dos povos.”*

(Geografia, Geopolítica e Geoestratégia: Realidade Geopolítica, NC71-00-15, IAEM 2000, p:5)

**GLOBALIZAÇÃO**

*“É um processo de mudança amplo, contraditório, heterogéneo e profundo nas relações entre as sociedades, nações e culturas e que gerou uma dinâmica de interdependência nas áreas económica, política e cultural em que se desenvolve o actual processo de mundialização”.*

(VIII Conferência Ibero-americana de Ministros da Educação. Declaração de Sintra, Portugal, Julho de 1998.)

**HEADLINE GOAL  
2010  
(HELSINKIA)**

Documento produzido, pelo Conselho da União Europeia, em 4 de Maio de 2004, que define os novos objectivos de âmbito militar: a grande ênfase na interoperabilidade (incluindo com os meios civis), capacidade de projecção e sustentação de forças; criação de forças mais flexíveis, móveis e interoperáveis, fazendo uso de uma melhor gestão dos recursos disponíveis e desenvolvendo a capacidade de resposta das forças multinacionais; desenvolvimento da capacidade de Reacção Rápida da UE apoiando-se no conceito de *battlegroups*, a desenvolver e materializar até 2007, como seu principal elemento; criação de uma Agência Europeia de Defesa; desenvolvimento da

capacidade de transporte aéreo, marítimo e terrestre da UE, através da criação de um Centro de Coordenação Movimentos Estratégicos Conjunto, *EU Strategic Lift Joint Coordination*, o qual deverá estar plenamente operacional em 2010; a disponibilidade, até 2008, de um porta-aviões e a respectiva componente aérea e de escolta; desenvolvimento da capacidade de comando e controlo (C2); compatibilidade e ligação em rede dos sistemas de comunicações, nomeadamente no que se refere à transmissão via satélite, até 2010 e a implementação efectiva de uma política europeia para o espaço até 2006.

#### **IBERISMO**

Por iberismo, entendemos as tendências políticas que pugnam pela unidade da Península Ibérica e que, desde o século XIX, proclamam ser essa a melhor forma de afirmar Portugal e Espanha, face aos outros Estados europeus.

#### **INTERESSE NACIONAL**

É uma expressão integrada dos desejos e preocupações dos indivíduos e grupos que constituem a comunidade nacional, e que reflectem as suas aspirações e necessidades básicas, envolvendo segurança, bem-estar, desenvolvimento e justiça nacional

#### **MAGREB**

É um termo que se foi consolidando nos últimos tempos como a designação de cinco países que estão na orla Sul do MEDOC, e que constituem um subsistema regional devido à sua continuidade territorial, que vai desde a costa mediterrânica à zona Sub-Saariana. Em árabe significa “O Poente”. Inicialmente foram três os Estados que formaram o núcleo duro: a Argélia, Marrocos e a Tunísia, posteriormente alargado à Líbia e à Mauritânia.

#### **MERCOSUL**

MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) – é uma realidade económica, com 200 milhões de habitantes, de dimensões continentais, abrangendo uma área superior a 11 milhões de quilómetros quadrados que inclui a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O seu PIB acumulado de mais de 1 Trilião de dólares coloca-o entre as quatro maiores economias do mundo, logo após o NAFTA, a UE e o Japão. É um dos principais pólos de atracção de investimentos do mundo. O MERCOSUL foi

instituído pelo Tratado de Assunção de 1991, o qual estabeleceu o funcionamento de um Mercado Comum entre a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, a partir 31 de Dezembro de 1994. ([www.mercosul.gov.br](http://www.mercosul.gov.br))

#### **NAFTA**

Acordo de Livre Comércio da América do Norte – Tratado de Livre Comércio da América do Norte entre o Governo do Canadá, o Governo dos EUA e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos. Data da Assinatura: 17 de Dezembro de 1992. Entrada em Vigor: 1 de Janeiro de 1994. ([www.sice.oas.org/trade/nafta](http://www.sice.oas.org/trade/nafta))

#### **NATO RESPONSE FORCE**

Força projectável, de alta prontidão, de cerca de 21000 homens, conjunta e combinada capaz de participar em todo o espectro de missões da Aliança.

#### **ORGANIZAÇÕES REGIONAIS**

*“Associações ou entidades criadas ao abrigo dos Tratados, antes ou depois da fundação das Nações Unidas, as organizações regionais de segurança e defesa mútuas, as organizações de promoção do desenvolvimento regional em geral ou de cooperação em determinadas questões ou funções económicas, bem como agrupamentos criados para lidar com uma questão específica de actualidade política, económica ou social”*

(Definição proposta pelo Secretario Geral Boutros Boutros-Ghali, na “Agenda para a Paz” de 1992)

#### **POLÍTICA**

*“A actividade dos órgãos do Estado cujo objectivo directo e imediato é a conservação da sociedade política e a definição e prossecução do interesse geral, segundo as circunstâncias aconselharem ou exigirem.”*

(Prof. M. Caetano, Elementos de Estratégia I, IAEM, 1988, p:215)

#### **RELAÇÕES PENÍNSULARES**

Conjunto de interações entre os Estados Português e Espanhol e organizações intergovernamentais, mas também entre os actores não-governamentais que emergem da iniciativa privada e da sociedade civil em todos os países. O Direito Internacional constitui a norma reguladora das relações internacionais sujeitas à conflitualidade dos interesses dos diversos actores.

Adaptado de Cooperar em Português

<http://www.cooperaremporugues.org/apc-aa-cooperaremporugues/home/glossario.php>



**TAIFA**

Palavra árabe que significa *partido* e que deu o nome a principados ou emirados da península. O Califado estava dividido em pequenos principados independentes, conhecidos pelo nome de reinos de *taifas*.

(Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira)

**TERRORISMO**

Utilização ilegal da força ou da violência planeada contra pessoas ou património, na tentativa de coagir ou intimidar governos ou sociedades para atingir objectivos políticos, religiosos ou ideológicos.

(Anexo A ao MC 472 - NATO Military Concept for Defence against Terrorism, aprovado em 06 Dec 02)

## APENDICE B – IBERISMO

A aliança com Inglaterra, se por um lado foi benéfica para Portugal, por outro lado foi por vezes asfixiante, tendo mesmo sido em parte responsável pelo sucesso do iberismo em Portugal no século XIX.

Em 1890, Inglaterra faz um ultimato a Portugal, o seu velho aliado, que iria pôr fim às aspirações nacionais de unir os territórios de Angola e de Moçambique, do Atlântico ao Índico. Este projecto colidia com a ambição inglesa de estabelecer uma ligação contínua do Cabo ao Cairo. A Inglaterra exigia a retirada imediata das forças expedicionárias portuguesas da região do Noroeste de Moçambique, apesar deste território pertencer a Portugal, como retaliação, ameaçava com o corte das relações diplomáticas e com o emprego da força.

Este facto fez desencadear um amplo movimento de protesto e foi encarado como uma humilhante lança no orgulho nacional. O governo caiu mas respondeu afirmativamente aos ingleses.

Estava instalada uma crise de identidade e valores, e *“nas crises e no pânico, ressurgem o iberismo português, como teoria, ou esperança sebastianista, ou vingança de um ódio súbito, ou busca do que parece ser uma solução, que na eterna procura da opção mais fácil se fia sempre do exterior e não do cerne da comunidade portuguesa; e nas crises e no pânico em que Portugal se deixa atolar, a Espanha avança com presteza para aproveitar com avidez e explorar com sofreguidão a oportunidade de executar o seu iberismo”* (NOGUEIRA, 2003:119).

Surge uma corrente iberista por parte de uma elite cultural portuguesa, nomes como Antero de Quental; Eça de Queiroz; Guerra Junqueiro; Oliveira Martins; Camilo Castelo Branco, fizeram parte desta corrente, que foi imediatamente aproveitada pelo lado espanhol, e que só com a implantação da República, em 1910, é que viria a ser ultrapassada esta crise iberista que chegou a tomar proporções algo alarmantes. Com a implantação do Estado novo, e o cultivar de valores como: Deus; Nação; Família; Trabalho; Autoridade; Unidade; Coesão e Império (ALMEIDA, 2004: 157), este sentimento foi abafado.

É notório este sentimento nacionalista, anti iberista, nas afirmações feitas à época por Hipólito Raposo, e que escrevia: *“Como é sabido e a história confirma, o partido espanhol de união ou anexação cresce sempre na razão directa da fraqueza interna de Portugal. Assim, são mais de recear os adeptos portugueses que os corifeus castelhanos, a*

*quem nunca apeteceu entrar em Portugal sem estarem convencidos de que alguns traidores de dentro lhes possam abrir as portas em hora oportuna” (DIEGUEZ, 2004).*

## **ÍNDICE DE ANEXOS**

Anexo A	Relacionamento Bilateral de Defesa Entre a Republica Portuguesa e o Reino de Espanha (DGPDN) .....	55
Anexo B	As Comunidades Autónomas e suas aspirações .....	61
Anexo C	INTERREG .....	65
Anexo D	Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA) .....	67
Anexo A1	População (2005) .....	72
Anexo A2	Densidade Populacional (2005) .....	73
Anexo A3	Densidade Populacional por Regiões .....	74
Anexo A4	Evolução das Taxas de Natalidade e Mortalidade .....	75
Anexo A5	Projecção da População na Península Ibérica .....	76
Anexo A6	Pirâmide Etária .....	77
Anexo A7	Quilómetros de Linha-Férrea por Km2 .....	78
Anexo A8	Investimento em Conhecimento .....	79
Anexo A9	Regiões Autónomas Espanholas .....	80
Anexo A10	População Empregada por Sector de Actividade .....	81
Anexo A11	Valor do VAP por Sector de Actividade – Portugal .....	82
Anexo A12	Valor do PIB por Sector de Actividade – Espanha .....	83
Anexo A13	Taxa de Crescimento do PIB a Preços Constantes .....	84
Anexo A14	Evolução do PIB per Capita a Preços Correntes .....	85
Anexo A15	PIB per Capita a Preços Correntes, 2003 .....	86
Anexo A16	Principais Parceiros Comerciais de Portugal .....	87
Anexo A17	Principais Parceiros Comerciais da Espanha .....	88
Anexo A18	Trocas Comerciais com a UE 25 .....	89
Anexo A19	Consumo de Energia Primária .....	90
Anexo A20	Rede Ibérica de Gás Natural .....	91
Anexo A21	Principais Bancos de Portugal e Espanha .....	92
Anexo A22	PIB per Capita por Paridade de Poder de Compra .....	93

## **ANEXO A – RELACIONAMENTO BILATERAL DE DEFESA ENTRE A REPUBLICA PORTUGUESA E O REINO DE ESPANHA**



### **RELACIONAMENTO BILATERAL DE DEFESA ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E O REINO DE ESPANHA**

1. Durante a Guerra Civil Espanhola, o governo de Madrid propôs a Portugal um pacto de não agressão. Portugal apresentou uma contra proposta e, em 17 de Março de 1939, foi assinado em Lisboa o "Tratado de Amizade e de Não Agressão entre Portugal e Espanha".
2. O Tratado, válido por um período de 10 anos, prorrogável, reflectia essencialmente um comprometimento por parte de ambos os Países em manterem o respeito pela fronteira comum; na abstenção de qualquer acto de agressão; na recusa de prestação de qualquer auxílio a um eventual agressor do vizinho e ainda, na não adesão a qualquer aliança contra a outra parte.
3. Apesar de enquadradas pelo tratado de 1939, só a partir de 1954 é que se passaram a realizar as Conferências dos Estados-Maiores Peninsulares. No entanto, até 1972, estas conferências não produziram resultados práticos visíveis, exceptuando uma muito ténue cooperação entre indústrias de defesa. Praticamente não se verificaram relações entre as Forças Armadas de ambos os países.
4. Contudo, nesse ano de 1972, Portugal e Espanha decidiram nomear um Presidente e um Secretário com carácter permanente na Comissão, que em cada país era responsável por estes encontros. Em 1974, no sentido de se aprofundar um pouco mais a cooperação, foram criados grupos de trabalho para estudarem de forma conjunta, os temas abordados nas Conferências.
5. Em 22 de Novembro 1977, após a mudança do regime governativo Português, o tratado de 1939, bem como os seus protocolos adicionais, foram revogados pelo "Tratado de Amizade e Cooperação entre Portugal e Espanha", diploma de carácter bastante generalista onde só o art.º 8º faz uma referência à cooperação militar.
6. No entanto, esse artigo foi o ponto de partida para uma intensificação da cooperação militar nomeadamente através de visitas, cursos, exercícios, intercâmbio de informações entre centros de defesa aérea, reuniões sobre C3, entre outras iniciativas.





## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

DIRECÇÃO-GERAL  
DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

7. Para a realização destas conferências, as Forças Armadas estão, presentemente organizadas do seguinte modo:
- a. Comissão Permanente: presidida pelo Adjunto de Planeamento do Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA). Esta Comissão é constituída por um Secretário e por um Adjunto, ambos oficiais superiores pertencentes à Divisão de Planeamento Estratégico Militar (DIPLAEM/EMGFA);
  - b. Grupo Conjunto: presidido pelo Chefe da DIPLAEM/EMGFA. Este Grupo é igualmente composto por um Secretário e por um Assessor, ambos oficiais superiores pertencentes ao mesmo organismo;
  - c. Grupo de Forças Navais: chefiado pelo Sub Chefe Estado Maior da Armada (SUBCEMA), assessorado por dois oficiais superiores;
  - d. Grupo de Forças Terrestres: chefiado pelo Director Coordenador do Estado Maior do Exército (DCEME), assessorado por dois oficiais superiores;
  - e. Grupo de Forças Aéreas: chefiado pelo Sub Chefe do Estado Maior da Força Aérea (SUBCEMFA), assessorado por dois oficiais superiores.
8. O relacionamento bilateral no âmbito político da defesa entre Portugal e Espanha tem sido, até ao presente, firmado ao nível das Direcções Gerais de Política dos respectivos Ministérios da Defesa, através de encontros regulares entre os seus mais altos representantes.
9. Em 8 de Abril de 1993, foi assinado um Acordo Base Relativo à Cooperação Técnica em Matéria de Cartografia Militar e, em 26 de Outubro de 1998 foi estabelecido um Protocolo de Cooperação entre os dois Ministérios da Defesa.
10. Em 22 de Dezembro de 1999, as Direcções Gerais de Armamento dos respectivos Ministérios estabeleceram um Memorando de Entendimento relativo à Cooperação no domínio industrial e de equipamentos de defesa.





## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

DIRECÇÃO-GERAL  
DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

11. A Força Aérea Portuguesa e o "Ejército del Aire" de Espanha, têm desenvolvido uma cooperação relativamente intensa, estabelecendo, para além dos exercícios, cursos e missões conjuntas, em 15 de Dezembro de 1993, um Acordo Técnico Sobre Cooperação e Apoio Mútuo entre os Serviços de Busca e Salvamento do Reino de Espanha e da República Portuguesa, e um Acordo relativo à Cooperação e Apoio Mútuo Entre os Sistemas de Defesa Aérea do Reino de Espanha e da República Portuguesa, de 10 de Maio de 1997. Existe também um Acordo sobre Facilidades Mútuas de Sobrevoos e Aterragem de Aeronaves Militares de Portugal e Espanha, de 03 de Novembro de 2004.
12. No encontro que reuniu os Ministros da Defesa de ambos os países durante a reunião Ministerial da UEO em Rhodes, na Grécia, que teve lugar de 11 a 13 de Maio de 1998, foi considerado conveniente dar um novo enquadramento ao relacionamento bilateral de Defesa entre ambos os países, através da formalização de um Acordo de Defesa que englobasse os Acordos já existentes e firmados entre ambos os Ministérios e respectivas Forças Armadas.
13. O projecto de protocolo de cooperação, foi assim negociado pela Direcção Geral de Política e Defesa Nacional (DGPDN) e a sua congénere espanhola (DIGENPOL) em dois encontros que os respectivos Directores Gerais mantiveram em Lisboa, a 7 e 8 de Setembro e em Madrid a 8 e 9 de Outubro de 1998. Este Protocolo foi assinado pelos respectivos Ministros da Defesa, Dr. Eduardo Serra e Prof. Veiga Simão, em 26 de Outubro de 1998 na cidade de Lisboa.
14. Após a assinatura do protocolo, o primeiro encontro entre os respectivos Ministros da Defesa, decorreu em Madrid em 21 e 22 de Julho de 1999, sendo na altura o Dr. Jaime Gama o MDN Português. D. Federico Trillo-Figueroa, Ministro da Defesa do Reino de Espanha, retribuiu a visita em 5 e 6 de Março de 2001, ao Ministro da Defesa Nacional, então o Dr. Júlio Castro Caldas.
15. Na XVII Cimeira Luso Espanhola realizada em Valência a 2 e 3 de Outubro de 2002, foi acordado a realização de encontros entre as delegações dos Ministérios de Defesa de Portugal e Espanha.
16. Na Cimeira da Figueira da Foz realizada em 7 e 8 de Novembro de 2003, os Ministros da Defesa de ambos os Países decidiram activar a





## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

DIRECÇÃO-GERAL  
DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

Comissão Mista (CM) Luso-Espanhola, conforme previsto no Protocolo de Cooperação entre o Ministério de Defesa da República Portuguesa e o Ministério da Defesa do Reino de Espanha.

17. A criação da CM tem como propósito proporcionar um enquadramento político à cooperação militar que já se verifica desde há vários anos. Nesta Cimeira foi ainda decidido que a mesma reuniria durante o primeiro semestre de 2004 em Lisboa, sem no entanto ter sido possível concluírem-se as negociações de uma versão final para o seu Estatuto.
18. De 31 de Maio a 3 de Junho de 2004, realizaram-se as 50<sup>as</sup> Conferências dos Estados-Maiores Peninsulares, havendo a perspectiva de se realizarem, no mesmo ano, após dois anos de interregno, as 51<sup>as</sup>, o que não veio a acontecer.
19. Apesar de inicialmente estar prevista a reunião sectorial entre os Ministros da Defesa durante a XX Cimeira Luso-Espanhola de Santiago de Compostela em 1 de Outubro de 2004, este encontro acabou por não se realizar por incompatibilidade com outros compromissos internacionais de ambos os Ministros.
20. No entanto, este encontro entre Ministros da Defesa viria a ter lugar em 29 de Outubro, data em que o MEDNAM, Dr. Paulo Portas, recebeu o seu homólogo espanhol José Bono.
21. No dia 24 de Novembro de 2004 o Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) português, Almirante Mendes Cabeçadas, recebeu em visita de trabalho o seu homólogo espanhol.
22. No dia 1 de Julho de 2005 o MDN Espanhol, José Bono, avistou-se num breve encontro de trabalho, em Lisboa, com o seu congénere nacional, Dr. Luís Amado.
23. No entanto, em Março de 2006, o *Director-General de Política de Defesa* espanhol, General Benito Raggio, concordou com a posição portuguesa, de que os Estados-Maiores Peninsulares se continuassem a realizar separadamente. Sugeriu ainda que a decisão sobre a activação da Comissão Mista fosse tomada posteriormente, o que obteve a concordância da parte portuguesa.





## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

DIRECÇÃO-GERAL  
DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

24. Em 20 de Julho de 2006, o MDN Espanhol avistou-se em Lisboa num almoço de trabalho, a convite do seu homólogo português.
25. Em 04 de Outubro de 2006 teve lugar em Portugal, a Reunião preparatória da 51ª Conferência dos Estados Maiores Peninsulares agendada para Madrid, em data a definir.
26. Presentemente, a "DIGENPOL" tem na sua posse uma versão portuguesa para o Estatuto da CM, aguardando-se ainda os respectivos comentários.

DRB/DGPDN, 12 de Outubro de 2006



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**

DIRECÇÃO-GERAL  
DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

**ACORDOS BILATERAIS DE DEFESA ENTRE  
PORTUGAL E O REINO DE ESPANHA**

Tratado de Amizade e Cooperação entre Portugal e Espanha (artº.8º)	11-11-77
Acordo sobre intercâmbio de Tripulações das Forças Armadas	14-03-85
Acordo entre Forças Armadas sobre Missões de "Cross Country"	14-03-85
Acordo entre Forças Aéreas sobre cooperação Técnico-logística	14-03-85
Acordo de cooperação técnica em matéria de cartografia militar	08-04-93
Acordo Técnico sobre Cooperação e Apoio Mútuo entre os Serviços de Busca e Salvamento	15-12-93
Acordo Técnico de Cooperação e Apoio Mútuo entre os Sistemas de Defesa Aérea	10-05-97
Protocolo de Cooperação entre o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa e o Ministério da Defesa do Reino de Espanha	26-10-98
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa e o Ministério da Defesa do Reino de Espanha relativo à cooperação no domínio industrial e do material e equipamentos de defesa	22-12-99
Acordo entre o Ministério da Defesa do Reino de Espanha e o Ministério da Defesa da República de Portugal sobre o apoio à formação de pilotos de helicópteros do Exército	07-03-02
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa da República Portuguesa e o Ministério da Defesa do Reino de Espanha relativo ao pessoal do Exército Espanhol que presta serviço no Grupo de Aviação Ligeira (GALE) do Exército Português	03-10-02
Acordo Técnico relativo a facilidades mútuas para o sobrevoo e aterragem das aeronaves militares da República Portuguesa e do Reino de Espanha	21-11-04

## **ANEXO B – AS COMUNIDADES AUTÓNOMAS E AS PRINCIPAIS ASPIRAÇÕES**

### **1. ANDALUZIA**

Províncias: Sevilha, Málaga, Granada, Cádiz, Huelva, Almería e Jaén.

Pretende:

- a. Um novo sistema de participação regional nas decisões do Estado;
- b. Uma nova ordenação territorial;
- c. Um espaço fiscal próprio gerido por uma agência tributária andaluza.

### **2. ARAGÃO**

Províncias: Saragoça, Huesca e Teruel.

Pretende:

- a. Novas competências no domínio da justiça;
- b. Convocar eleições autonómicas fora do calendário geral.

### **3. ASTÚRIAS**

Províncias: Astúrias.

Pretende:

- a. A obtenção das competências do Instituto Social da Marinha;
- b. A administração da justiça;
- c. O PP, partido político na oposição, pretende uma reforma mais ambiciosa, de forma a equiparar as Astúrias às comunidades mais avançadas em transferências de autonomia.

### **4. BALEARES**

Províncias: Maiorca, Menorca e Ibiza.

Pretende:

- a. Uma polícia autonómica própria;
- b. Novo sistema de financiamento;
- c. De uma forma geral, pretende que lhe sejam atribuídas o máximo de competências autonómicas possíveis.

### **5. CATALUNHA**

Províncias: Barcelona, Tarragona, Lérida e Gerona.

Pretende:

- a. O estatuto de Nação;
- b. Uma nova formula de relacionamento com o Estado central;
- c. Novo sistema de financiamento;

- d. Nova formula de representação no Parlamento Europeu;
- e. Obter a supervisão do sector bancário, assim como rever o regime de competição;
- f. Sistema de segurança social;
- g. A gestão de portos, aeroportos e estradas;
- h. A capacidade de convocação de referendos;
- i. Esta comunidade autónoma pretende, no total, a transferência de 88 novas competências.

## 6. CANÁRIAS

Províncias: Gran Canária e Tenerife.

Pretende:

- a. A cedência de quarenta novas competências já cedidas pelo Estado.

## 7. CANTÁBRIA

Províncias: Cantábria.

Pretende:

- a. A transferência de competências no âmbito da justiça, Fundo Especial de Garantia Agrária, Instituto Social da Marinha e Instituto da Mulher.

## 8. CASTELA-LA-MANCHA

Províncias: Toledo, Ciudad Real, Cuenca, Guadalajara e Albacete.

Pretende:

- a. Um novo sistema de financiamento para a saúde e a educação;
- b. A administração da justiça.

## 9. CASTELA LEÃO

Províncias: Valladolid, Leão, Salamanca, Segóvia, Palencia, Burgos, Zamora.

Pretende:

- a. Novas responsabilidades administrativas;
- b. A Administração da justiça;
- c. A Administração da água.

## 10. COMUNIDADE VALENCIANA

Províncias: Valência, Alicante, Castellón.

Pretende:

- a. Novas direitos de cidadania;
- b. Corpo policial autónomo.

## 11. EXTREMADURA

Províncias: Cáceres, Badajoz.

Pretende:

- a. Mais do que as reformas do estatuto próprio, pretende que o Estado corrija os desequilíbrios entre as regiões ricas e as pobres.
- b. Corpo policial autonómico.

## 12. PAÍS BASCO

Províncias: Álava, Guipúzcoa, Biscaia.

Pretende:

- a. O estatuto de Nação;
- b. Um novo modelo de relacionamento com o Estado que preveja a “associação livre”, isto é, tornar voluntária a associação ao Estado espanhol;
- c. O projecto de reformas foi conhecido pelo “Plano Ibarretxe”, em alusão ao presidente do governo do País Basco.

## 13. NAVARRA

Províncias: Navarra.

Pretende:

- a. Assumir a competência exclusiva da gestão do trânsito;
- b. Ver revogada a quarta disposição transitória da Constituição que regula o processo que os navarros deveriam seguir no caso de decidirem a união com o País Basco.

## 14. MÚRCIA

Províncias: Múrcia.

Pretende:

- a. Um corpo policial autonómico;
- b. Que as alterações nos restantes estatutos salvaguadem a coesão territorial e sejam limitadas pelos princípios da solidariedade entre autonomias.

## 15. MADRID

Províncias: Madrid.

Pretende:

- a. Como capital do Estado, reclama do Governo central uma lei adaptada ao seu estatuto de capital;
- b. Uma nova divisão do mapa eleitoral, com dez novas circunscrições que permitam aos madrilenos eleger mais directamente os seus representantes.

## 16. GALIZA

Províncias: Corunha, Lugo, Orense, Pontevedra.

Pretende:

- a. O estatuto de Nação;
- b. A gestão total dos seus portos e aeroportos;
- c. A aprovação de um estatuto que reconheça aos galegos o direito de decisão sobre o seu destino.

#### 17. LA RIOJA

Províncias: La Rioja.

Pretende:

- a. A administração da justiça;
- b. Um novo modelo de financiamento.

Fonte: MEIRELES, Isabel – Expresso: Única (16Abr05)

## ANEXO C – PROJECTO INTERREG

1. O Projecto INTERREG é um programa de iniciativa comunitária, financiado pelo FEDER 2000-2006.

### 2. Princípios Gerais

- Implementação de estratégias conjuntas transfronteiriças, transnacionais e programas de desenvolvimento.
- Aprofundamento de parceiros entre diferentes níveis de administração com os agentes económico-sociais relevantes.
- Coordenação entre o INTERREG III e os instrumentos de política externa da UE, especialmente tendo em vista o seu alargamento.

### 3. Vertentes de Cooperação

- Vertente A – Cooperação Transfronteiriça

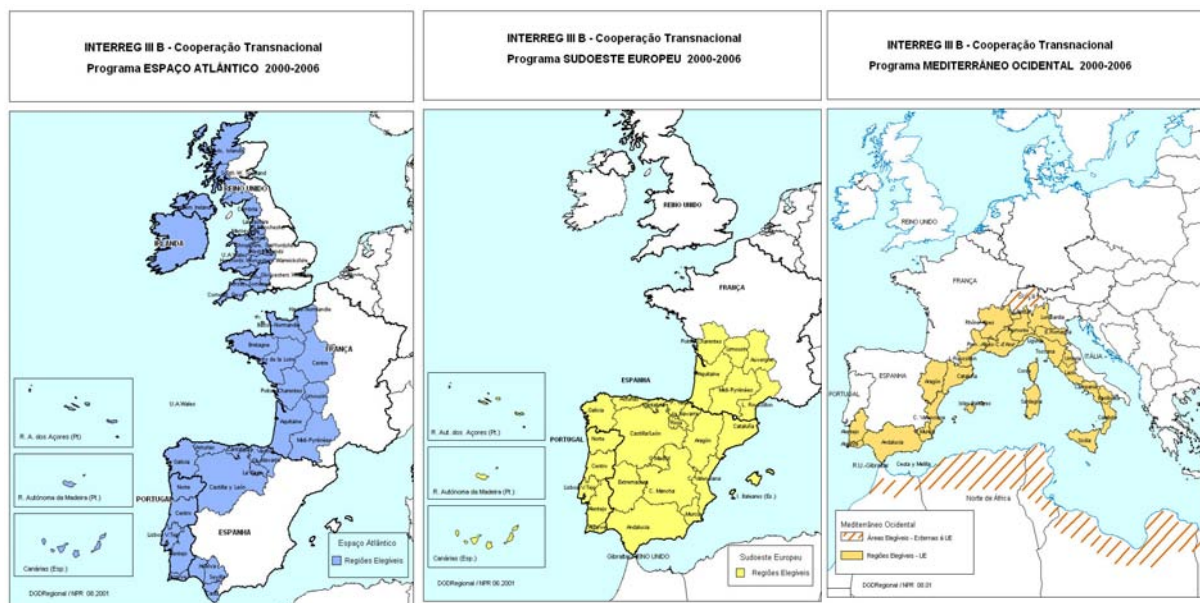
Cooperação entre regiões fronteiriças vizinhas, com o objectivo de desenvolver a cooperação económica e social, através de estratégias conjuntas e programas de desenvolvimento.



- Vertente B – Cooperação Transnacional

Cooperação entre grandes grupos de regiões europeias, com o objectivo de prosseguir o desenvolvimento e uma maior integração territorial na UE, e com os países candidatos e outros vizinhos.





- Vertente C – Cooperação Inter-regional

Cooperação entre regiões no território da UE e países vizinhos, para aumentar a coesão e o desenvolvimento regional, mediante a constituição de redes, especialmente no caso das regiões menos desenvolvidas e das regiões em reconversão.

Fonte: [http://www.qca.pt/ini\\_comunitrias/interreg.htm#1](http://www.qca.pt/ini_comunitrias/interreg.htm#1)



## **ANEXO D – PROGRAMA DE APOIO ÀS MISSÕES DE PAZ EM ÁFRICA**



### **MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL GABINETE DO MINISTRO**

#### **PROGRAMA DE APOIO ÀS MISSÕES DE PAZ EM ÁFRICA (PAMPA)**

Portugal, através do Ministério da Defesa Nacional, com o envolvimento da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional e dos três Ramos das Forças Armadas, vem desenvolvendo, desde 1990, uma Cooperação Técnico-Militar com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e, desde 2002, com Timor-Leste.

O objectivo de Portugal tem sido o de as Forças Armadas destes Países constituírem, de forma crescente e sustentada, um factor de referência e unidade nacional, sendo, para o efeito, as actividades direccionadas para as seguintes grandes áreas:

- \* Reestruturação da Estrutura Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas;
- \* Formação;
- \* Organização de algumas “Unidades de Forças Especiais” (Comandos, Fuzileiros, Polícia Militar), visando melhorar as respectivas capacidades;
- \* Saúde Militar.

Portugal tem vindo, assim, a desenvolver uma actividade que, no âmbito mais restrito da Defesa e Forças Armadas, se enquadra no conceito actual e mais abrangente de Reforma do Sector da Segurança (SSR).

Apesar das diferentes percepções decorrentes das diversas conjunturas e do tempo em que ocorrem, é interessante notar que nas situações de pós-conflito em Angola e Moçambique não foi necessária uma intervenção complementar acentuada da Comunidade Internacional na área do SSR, porventura porque o enquadramento que a CTM não deixou de dar em simultâneo com as Operações das Nações Unidas (UNAVEM, MONUA e ONUMOZ) permitiu inserir as Forças Armadas no novo quadro nacional, no respeito pelo princípio da subordinação dos militares ao poder político democrático e legítimo.

Com o renovado interesse que África tem merecido por parte da Comunidade Internacional, fundado no princípio do “African Ownership”, torna-se necessário abrir um novo quadro de Cooperação.

Esta pressupõe que Portugal e as suas Forças Armadas devem partilhar, com os PALOP e Timor Leste, mas também com outros Estados e Organizações Regionais e Sub-Regionais africanas, a sua experiência enquanto membro fundador da NATO e Estado-Membro da UE, activamente envolvido na PESC e na PESD, e que participa, desde 1991, em diversas Missões e Operações de Paz na Europa, África, Ásia e Oceânia, desta forma contribuindo para que aqueles Países apreendam saberes e edifiquem capacidades próprias para, por si ou articuladamente, sob mandato internacional, poderem intervir na gestão de crises em África.

Por outro lado, a experiência africana de Portugal e das suas Forças Armadas deve ser tida em conta, tal como a de outros países europeus com idêntica tradição, para a preparação e elaboração de uma política e uma estratégia da UE e da NATO para África.

Nesse sentido, tendo por base a Resolução do Conselho de Ministros nº 196/2005, de 22 de Dezembro, que aprova o documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”, é criado o Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA), que tem por objectivo aproveitar a “dupla” experiência e conhecimento do Ministério da Defesa Nacional e das Forças Armadas Portuguesas, por um lado pela participação na União e na Aliança, por outro pela longa relação bilateral com os parceiros CTM, em proveito dos Países africanos e da Segurança e Desenvolvimento de África, contribuindo, naturalmente, para a afirmação e visibilidade externa de Portugal.

Este Programa desenvolver-se-á em torno de quatro grandes Eixos de acção, a saber:

1º Eixo - Capacitação institucional no âmbito da Segurança e Defesa;

2º Eixo - Formação de militares dos Países Africanos;

3º Eixo - Cooperação com Organizações Regionais e Sub-Regionais africanas;

4º Eixo - Mobilização da agenda africana nas políticas e estratégias das Organizações de Segurança e Defesa (em particular NATO e UE).

Cada um deste Eixos, que seguidamente se explanam de forma autónoma, devem articular-se e coordenar-se estreitamente, por forma a otimizar os contributos nacionais e as mais valias que deles retirarão os Países destinatários deste Programa.

Este Programa dirige-se, prioritariamente, aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa mas, de acordo com a sua evolução e sedimentação, deverá acolher, a curto prazo, outros Países Africanos com os quais venham a ser estabelecidas relações de cooperação nas áreas da Segurança e Defesa.

Embora este Programa se direcione para o Continente Africano, as acções que dele decorrem poderão dirigir-se, igualmente, a Timor-Leste, envolvendo o respectivo Ministério da Defesa, as respectivas Forças Armadas e seus Militares.

### **1º EIXO - Capacitação institucional no âmbito da Segurança e Defesa**

A capacitação institucional assume grande relevância, na medida em que habilita os Países e respectivas estruturas com mecanismos e ferramentas essenciais à Segurança Humana e ao Desenvolvimento, que garantem:

a) Eficácia acrescida nos respectivos processos de construção e consolidação do Estado;

b) Padrões de segurança, interna e externa, compatíveis com os princípios da democracia, da boa governação, da transparência e do estado de direito, envolvendo questões relacionadas com a estruturação, regulação, gestão, financiamento e controlo do sistema de Segurança e Defesa.

Portugal desenvolverá políticas e acções que reforcem as capacidades institucionais dos Países Africanos no âmbito da Segurança e Defesa, nomeadamente apoiando os respectivos processos de reestruturação da Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas.

Nesse sentido, serão reforçadas as acções que vêm sendo desenvolvidas com os PALOP, alargando-as a projectos de apoio à Segurança e Desenvolvimento, em especial centrando-se nas seguintes áreas:

\* Sedimentação das bases legais e conceptuais da política de Defesa e da organização da estrutura superior de Defesa, com especial ênfase no equilíbrio de poderes e no controlo político e orçamental;

\* Reorganização das Forças Armadas, orientada para a garantia do exercício das suas funções de estabilizadoras e pilares do Estado-Nação, adaptando as estruturas existentes ao novo tipo de missões e reconvertendo e integrando anteriores forças em confronto e adaptando-as às exigências que decorrem das novas missões.

Portugal estará receptivo ao desenvolvimento de acções de cooperação trilateral com países terceiros que declarem pretender fazê-lo, em favor de um País africano receptor, identificando países a envolver, áreas a cooperar e meios a afectar.

Para tal, haverá que garantir, desde o início do processo, que o país africano receptor é consultado sobre os seus próprios interesses, objectivos e prioridades.

Nesta cooperação trilateral, as acções que Portugal deverá privilegiar serão aquelas que incidam em áreas de formação, como sejam determinados aspectos relacionados com as Operações de Paz (conceitos, princípios, doutrina, entre outros).

Neste Eixo, Portugal privilegiará, no seu relacionamento bilateral com Estados não africanos, a possibilidade de participar em acções ou actividades de que possam resultar mais-valias para os PALOP, designadamente:

\* Colocando um oficial militar junto do “African Center for Strategic Studies” (ACSS), em Washington.

\* Continuando a participar no Programa francês “Renforcement des Capacités Africaines de Maintien de la Paix” (RECAMP), em moldes semelhantes a anteriores participações.

## **2º EIXO - Formação de militares dos Países Africanos**

A formação de militares dos Países Africanos constitui uma componente nuclear deste Programa, face à indispensável valorização e capacitação do factor humano, através da aquisição de conhecimentos conceptuais, doutrinários, técnicos e científicos, e ao seu potencial multiplicador, com resultados evidentes no adequado desenvolvimento do papel das Forças Armadas desses mesmos Países, seja nas sociedades que integram, seja nos espaços regionais e sub-regionais onde se inserem, consolidando a Instituição Militar como elemento estruturante do Estado.

Nesse sentido, Portugal desenvolverá programas de formação que atendam, prioritariamente, às seguintes áreas:

\* Formação e instrução militar;

\* Apoio aos Estabelecimentos Militares de Ensino, designadamente à Academia Militar em Nampula, Moçambique, e ao Instituto Superior de Ensino Militar, em Luanda, Angola;

\* Apoio à criação do Centro de Instrução de Apoio à Paz, em Angola;

\* Adopção de códigos de conduta, que dêem expressão aos grandes princípios a que as Forças Armadas devem respeitar, como sejam a subordinação ao poder político, legítimo e democrático, o respeito pelo Direito Internacional, pelos Direitos Humanos e pelo Direito Humanitário Internacional, entre outros;

\* Saúde e Medicina Militar.

No quadro da CPLP procurar-se-ão desenvolver “Centros de Excelência” de formação de formadores, com o objectivo de garantir o controlo, gestão e execução integradas deste processo de formação, optimizando recursos e facilitando a harmonização de princípios, conceitos e doutrina, entre outros aspectos, de que se releva o ambiente de interacção próxima e pessoal dos militares dos diversos Países.

Estes Centros de Formação de Formadores deverão, desejavelmente, distribuir-se por vários Países, de acordo com mais valias evidentes nas respectivas áreas de formação, devendo localizar-se:

- \* Comandos – em Angola;
- \* Fuzileiros – em Moçambique;
- \* Pilotos Aviadores – em Angola;
- \* Polícia Militar – em Cabo Verde;
- \* Centro de Instrução de Operações de Apoio à Paz - em Angola.

Neste quadro, a formação dirigir-se-á aos militares dos PALOP que possam desempenhar funções de formadores naquelas Unidades, sendo ministrada por Assessorias, residentes e não residentes, de Portugal, Brasil e dos PALOP (escolhidos de entre aqueles militares que dispõem já de formação e qualificações adequadas).

Portugal procurará, ainda, promover acções de formação de militares dos PALOP que tenham já recebido formação portuguesa, no sentido de garantir a sua actualização.

No ano de 2006 será criado, no Ministério da Defesa Nacional, e desenvolvido pelo Instituto de Estudos Superiores Militares, um Curso de Apoio às Missões de Paz em África, a ministrar em Portugal, com o objectivo de qualificar oficiais, de escalão intermédio (Major/Tenente-Coronel/Capitão-de-Fragata) dos PALOP nesses domínios, aproveitando, para o efeito, a experiência que Portugal tem retirado da participação das suas Forças Armadas e dos seus militares neste tipo de missões.

O curriculum deste Curso deverá integrar as seguintes áreas:

- formação em matéria de operações de paz e de apoio à paz;
- “lessons learned” da participação portuguesa nessas missões;
- conhecimento do planeamento e da logística das operações das Nações Unidas, NATO e UE;
- segurança cooperativa;
- códigos de conduta.

No primeiro ano, o Curso dirigir-se-á a um universo aproximado de 20 formandos.

No futuro, este Curso poderá ser aberto a outros países africanos ou a representantes de Organizações Regionais ou Sub-Regionais, numa lógica de proximidade regional ou sub-regional com os PALOP, bem como aos Países do Mediterrâneo.

### **3º EIXO - Cooperação com Organizações Regionais e Sub-Regionais africanas**

A nova atenção com que a Comunidade Internacional acompanha os processos de Segurança e Defesa em África, e o interesse em assegurar que os Estados Africanos sejam capazes de intervir na gestão desses mesmos processos na sua área regional, tornam imperativa uma cooperação acrescida com as respectivas Organizações Regionais e sub-regionais.

Portugal apoiará a inserção regional dos PALOP, em especial a sua participação em Organizações Regionais de Segurança e de Defesa, na perspectiva da sua capacitação na área das Operações de Manutenção de Paz e Humanitárias, designadamente em matéria de conceitos, princípios e doutrina.

Portugal contribuirá, ainda, para apoiar a valorização e capacidade de intervenção de instituições como a União Africana (UA), a SADC, a CEDEAO e a CPLP, que assumem hoje um papel cada vez mais destacado na arquitectura da paz, da segurança e do desenvolvimento no Continente Africano.

Para tal, Portugal:

- desenvolverá diligências no sentido de colocar um militar português em Adis Abeba, sede da União Africana, como elemento de ligação com esta Organização;
- aumentará a sua participação em actividades desta Organização (p. ex. participando em “workshops” de planeamento, logística e operações, entre outras);
- declarará a disponibilização nacional de meios aéreos para a movimentação de forças, nomeadamente da UA;
- indigitará um militar como ponto de contacto permanente e privilegiado com a CEDEAO.

#### **4º EIXO - Mobilização da agenda africana nas políticas e estratégias das Organizações de Segurança e Defesa (em particular, NATO e UE)**

A NATO e a UE têm vindo a manifestar interesse crescente no acompanhamento das situações que colocam em causa ou ameaçam a Segurança em África, sobretudo na medida em que daí resultem condicionantes ao Desenvolvimento do Continente, dos Países e dos Povos.

Portugal intervirá, no seio da NATO e da UE, no sentido de ambas as Organizações desenvolverem políticas e estratégias direccionadas para o apoio à edificação, gradual, por parte dos Países africanos, de capacidades próprias para garantirem a Segurança em África, para tal recolhendo a experiência, múltipla e diversificada, dos vários países membros em relação àquele Continente.

Em sede de UE, Portugal continuará activamente a envidar esforços para a consolidação na UE de políticas de reforma do sector de segurança em África, tendo designadamente em vista o potencial de elegibilidade da Guiné-Bissau.

Finalmente, Portugal acompanhará os desenvolvimentos internos, em sede da NATO e da UE, em matéria de definição de políticas e interesses para o Continente Africano, no sentido de que os mesmos incorporem o conhecimento, a experiência e a visão portuguesas.

## ANEXO A1 – POPULAÇÃO (2005)

População por NUTS II, 2005 <i>Población por NUTS II, 2005</i>	
	N.º
Portugal	10 569 592
Norte	3 737 791
Lisboa	2 779 097
Centro	2 382 448
Alentejo	765 971
Algarve	416 847
Madeira	245 197
Açores	242 241
Espanha	43 038 035
Andalucía	7 670 365
Cataluña	6 784 145
Madrid (Comunidad de)	5 821 054
Comunidad Valenciana	4 518 126
Galicia	2 712 162
Castilla y León	2 469 303
País Vasco	2 103 441
Canarias	1 908 698
Castilla-La Mancha	1 856 787
Murcia (Región de)	1 300 083
Aragón	1 243 464
Extremadura	1 068 799
Asturias (Principado de)	1 059 133
Balears (Illes)	957 953
Navarra (Comunidad Foral de)	580 616
Cantabria	551 085
Rioja (La)	294 347
Ceuta	71 372
Melilla	67 102

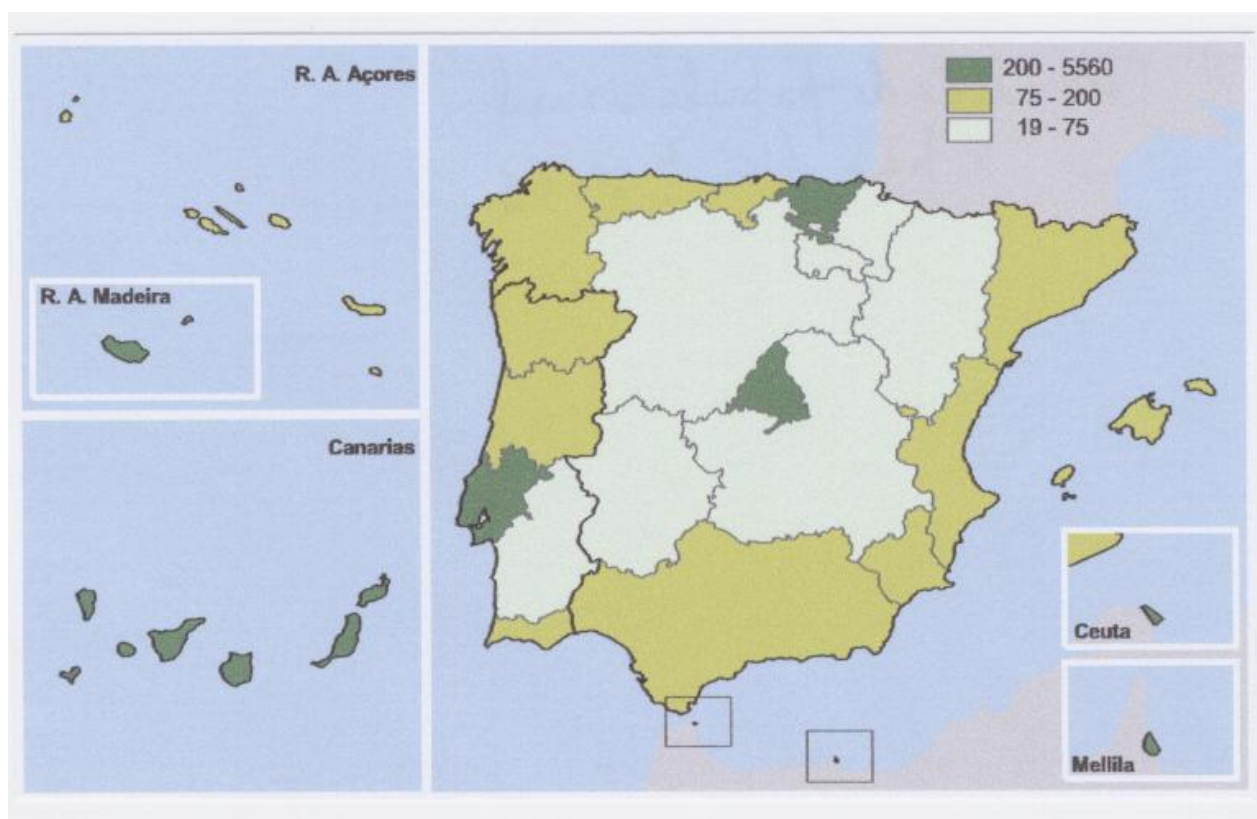
Fonte/Fuente: Dados nacionais/Datos nacionales

## ANEXO A2 – DENSIDADE POPULACIONAL

Densidade populacional <i>Densidad de población</i>			
2005	hab./km <sup>2</sup>		hab./km <sup>2</sup>
UE 25	116	SK	110
MT	1 274	HU	109
NL	389	SI	100
BE	346	AT	98
UK	248	<b>ES</b>	<b>85</b>
DE	231	GR	84
IT	194	CY	83
LU	176	IE	59
CZ	129	LT	53
DK	126	LV	35
PL	122	EE	30
<b>PT</b>	<b>114</b>	SE	20
FR	113	FI	15

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

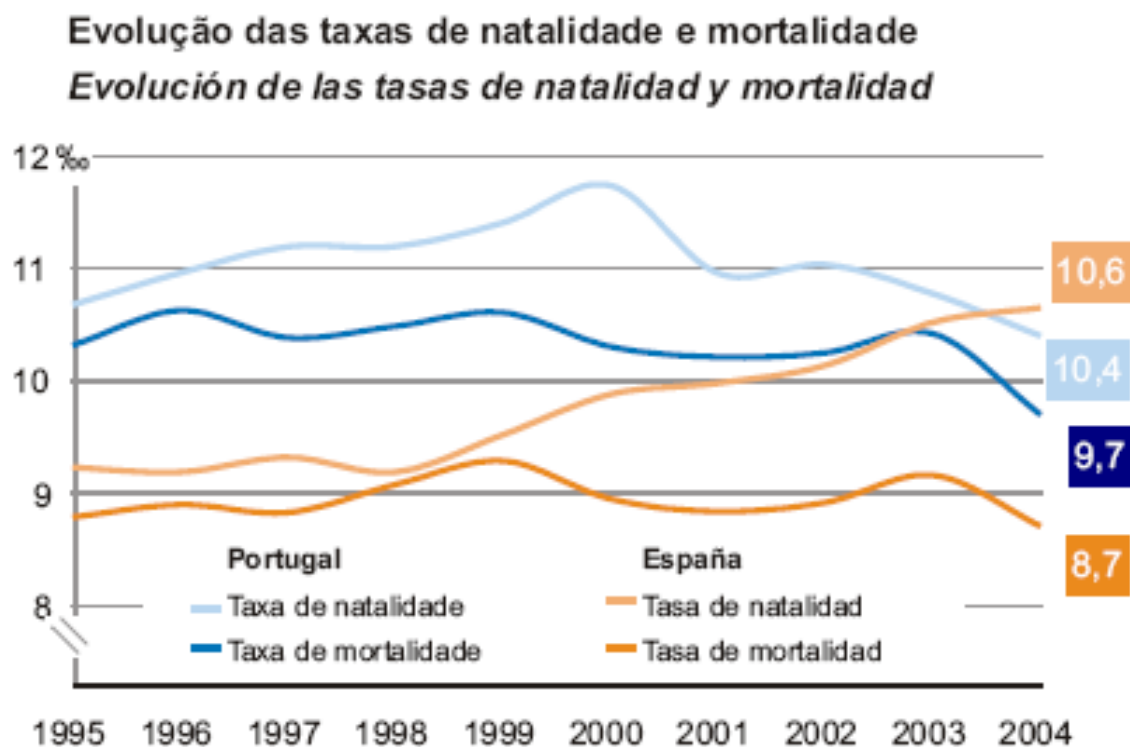
## ANEXO A3 – DENSIDADE POPULACIONAL POR REGIÕES



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.



## ANEXO A4 – EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE NATALIDADE E MORTALIDADE



Fonte/Fuente: Dados nacionais/Datos nacionales

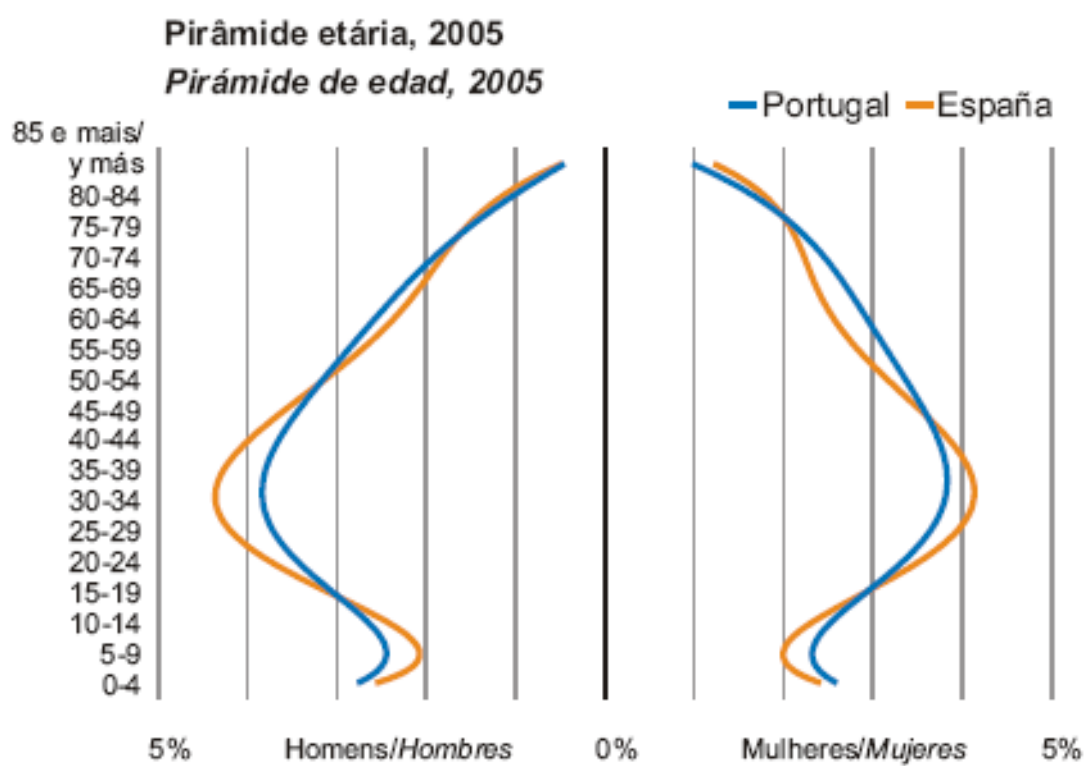
Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

## ANEXO A5 – PROJECCÃO DA POPULAÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA

<b>Projeções da população</b> <i>Proyecciones de población</i>			
	<b>2010</b>	<b>2025</b>	<b>2040</b>
<b>Cenário Base</b> <i>Escenario Básico</i>	<b>Milhões de pessoas</b> <i>Millones de personas</i>		
Portugal	10,6	10,4	9,8
España	44,7	46,2	45,5
Fonte/Fuente: Dados nacionais/Datos nacionales			

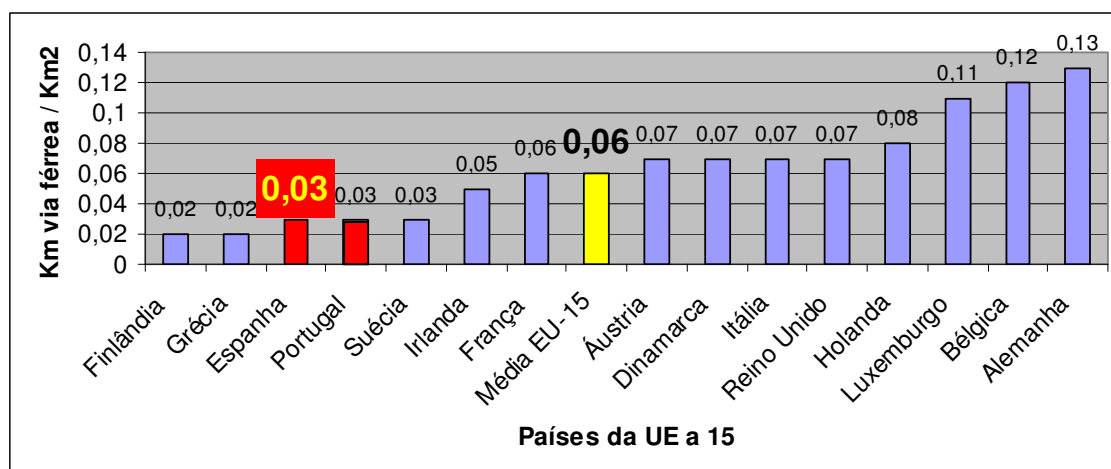
Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

## ANEXO A6 – PIRÂMIDE ETÁRIA



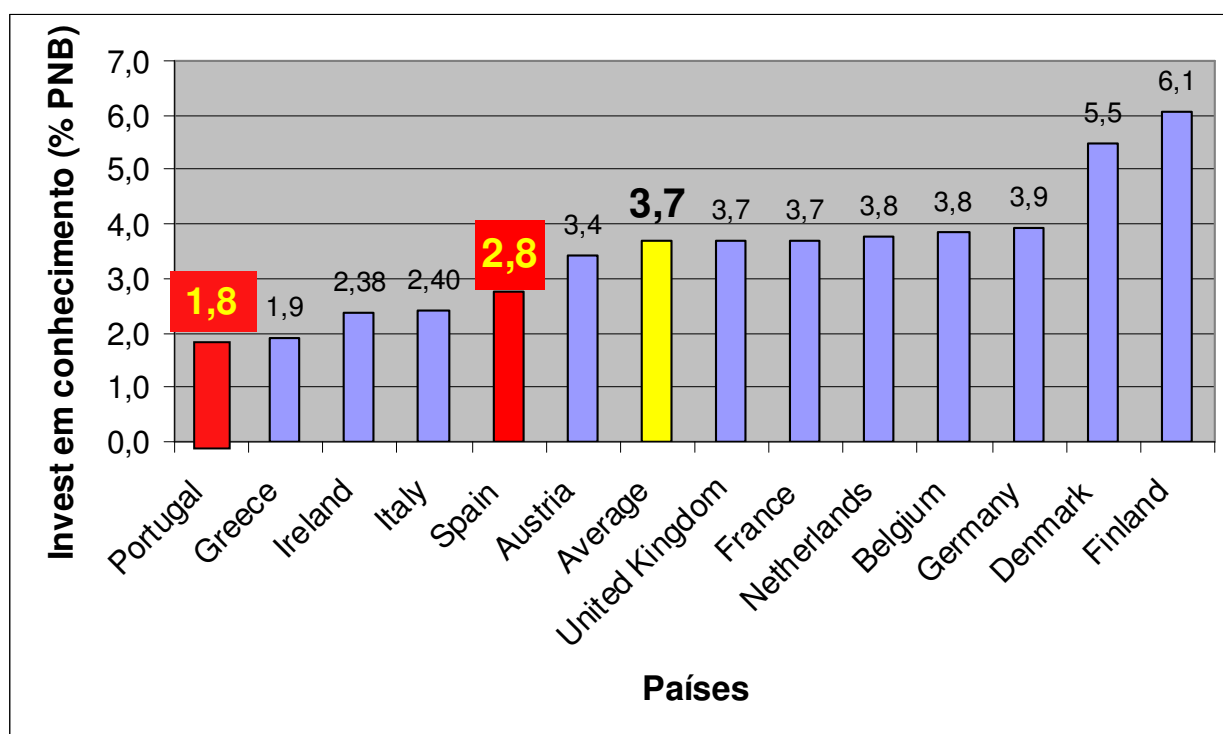
Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

## ANEXO A7 – QUILOMETROS DE LINHA-FÉRREA POR Km2



Fonte: CIA, World Factbook 2006 -  
<https://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/po.html>

## ANEXO A8 – INVESTIMENTO EM CONHECIMENTO



Despesa em I&D Gasto en I+D			
2004	% PIB		% PIB
UE 25	1,86 (e)	ES	1,07
SE	3,70	EE	1,00 (p)
FI	3,51	PT	1,00 (e)
DK	2,58 (p)	HU	0,89
DE	2,49 (e)	LT	0,76
AT	2,26 (e)	GR	0,57 (p)
FR	2,16 (p)	PL	0,56
LU	2,00 (p)	SK	0,53
BE	1,90 (p)	LV	0,42
UK	1,79 (e)	CY	0,37 (p)
NL	1,78 (p)	MT	0,3
CZ	1,27	IT	(:)
IE	1,20 (p)	SI	(:)

(p) Dado provisório/Dato provisional

(e) Dado estimado/Dato estimado

(:) Dado não disponível/Dato no disponible

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

## ANEXO A9 – REGIÕES AUTONOMAS ESPANHOLAS



**ANEXO A10 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR SECTOR DE ACTIVIDADE**

<b>POPULAÇÃO EMPREGADA POR SECTOR DE ACTIVIDADE</b>				
<b>2003</b>	<b>Total (1000)</b>	<b>% Agricultura</b>	<b>% Indústria</b>	<b>% Serviços</b>
UE 15	163.758	3,8	26,5	64,5
Áustria	3.693	5,5	28,7	65,7
Bélgica	4.055	1,7	24,9	73,3
Alemanha	35.927	2,4	31,4	66,2
Dinamarca	2.704	3,3	23,1	73,4
Espanha	16.666	5,6	30,8	63,6
Finlândia	2.401	5,2	26,6	67,7
França	24.041	4,3	24,5	70,6
Grécia	4.015	16,3	22,0	61,7
Irlanda	1.778	6,4	27,7	65,6
Itália	22.057	4,7	31,8	63,5
Luxemburgo	188	2,7	19,1	78,2
Países Baixos	8.176	2,9	21,0	76,1
Portugal	5.118	12,8	32,8	54,4
Suécia	4.352	2,6	22,6	74,8
Reino Unido	28.637	1,2	23,5	75,1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

## ANEXO A11 – VALOR DO VAB POR SECTOR DE ACTIVIDADE - PORTUGAL



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

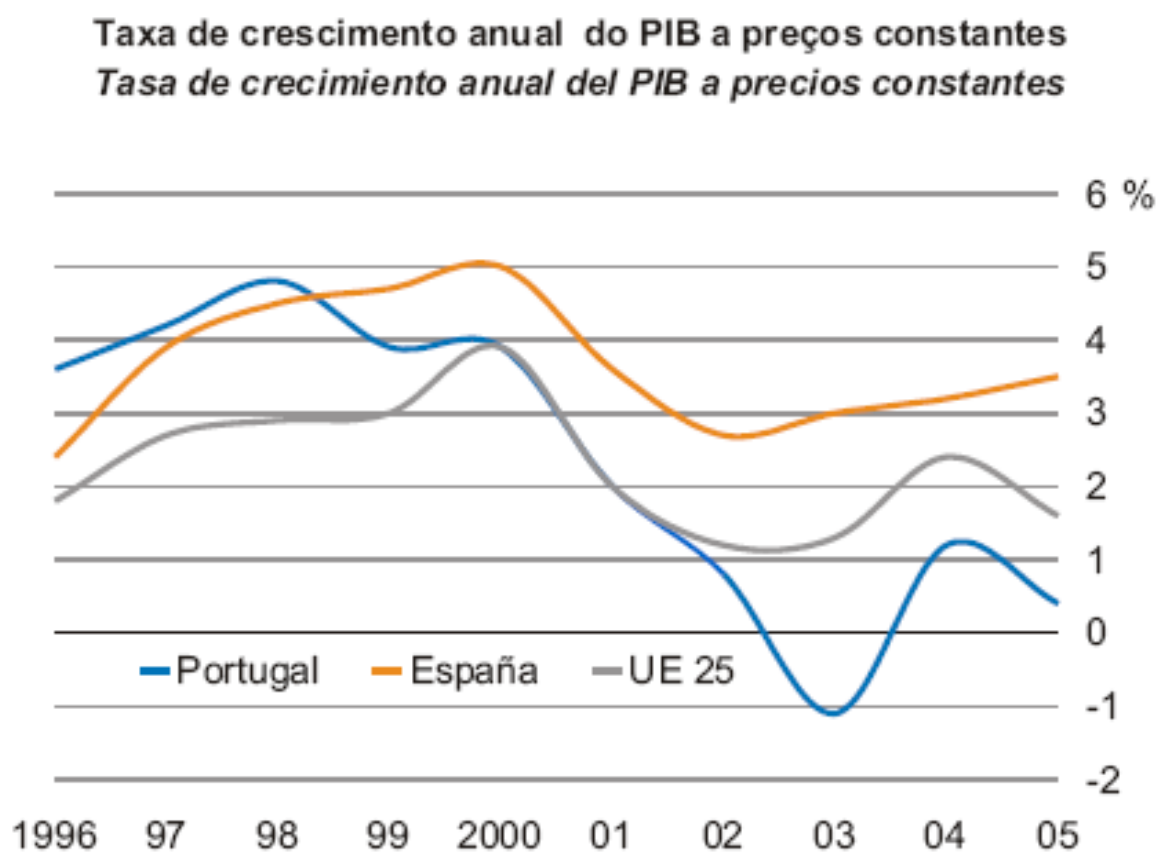


## ANEXO A12 – VALOR DO PIB POR SECTOR DE ACTIVIDADE - ESPANHA



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

## Anexo A13 – TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB A PREÇOS CONSTANTES



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

## ANEXO A14 – EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA A PREÇOS CORRENTES

PIB PER CAPITA A PREÇOS CORRENTES			
Milhares de euros	1998	2000	2002
UE 15	20,3	22,7	24,1
Luxemburgo	39,6	48,5	50,2
Dinamarca	29,1	32,1	34,1
Irlanda	20,9	27,1	33,1
Suécia	25,0	29,3	28,7
Reino Unido	21,8	26,6	28,0
Países Baixos	22,4	25,3	27,5
Áustria	23,7	25,8	27,1
Finlândia	22,4	25,1	26,9
Alemanha	23,4	24,7	25,6
Bélgica	21,9	24,2	25,2
França	21,6	23,4	24,8
Itália	18,6	20,2	21,7
Espanha	13,3	15,3	17,2
Grécia	10,1	11,3	12,9
Portugal	9,9	11,3	12,5

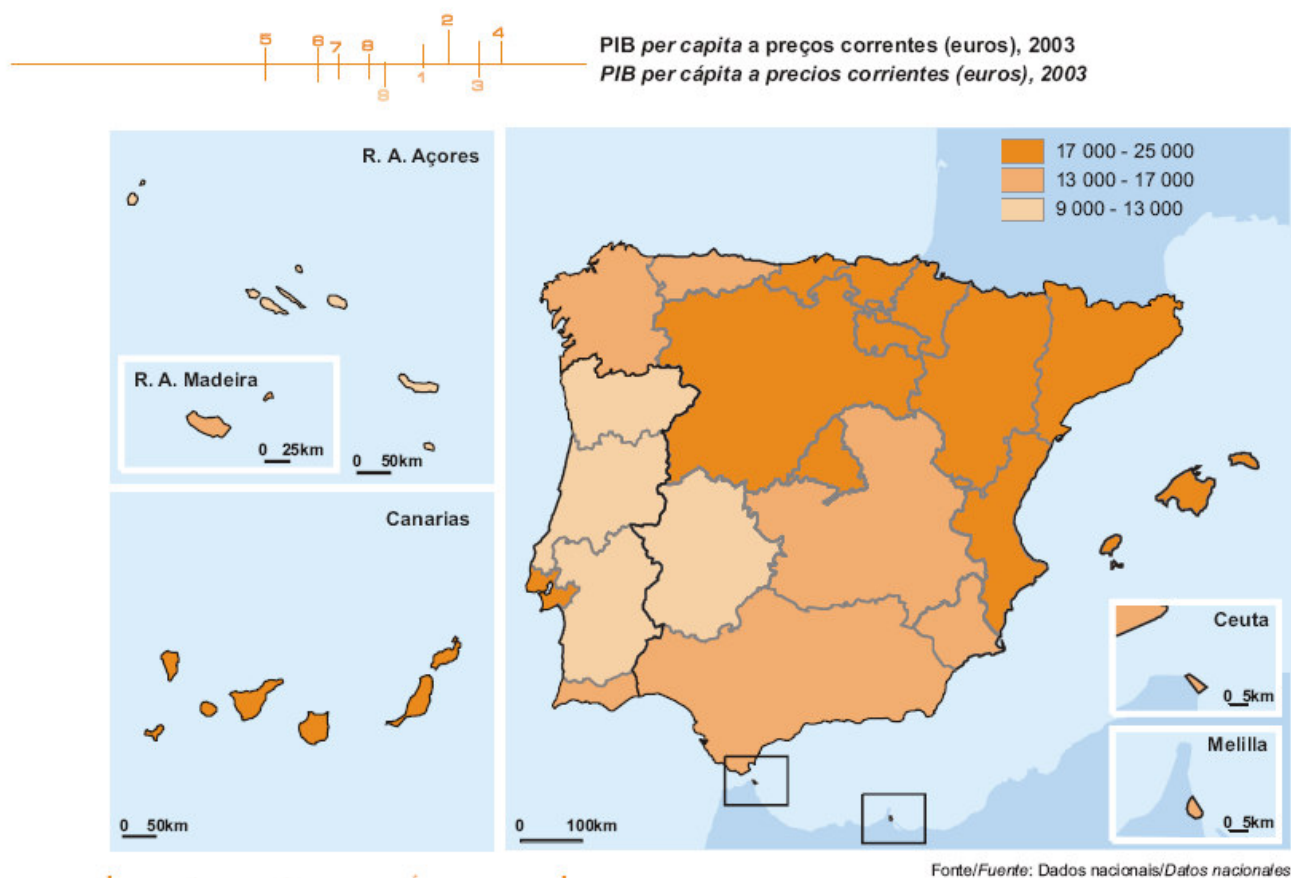
**2004**

**19,7**

**13,6**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

## ANEXO A15 – PIB PER CAPITA A PREÇOS CORRENTES, 2003



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

## ANEXO A16 – PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DE PORTUGAL

### Principais países parceiros, 2005

#### *Principales países de intercambio comercial, 2005*

Portugal			
Exportações <i>Exportaciones</i>	%	Importações <i>Importaciones</i>	%
1º Espanha/España	25,9	1º Espanha/España	29,0
2º França/Francia	13,1	2º Alemanha/Alemania	13,4
3º Alemanha/Alemania	11,9	3º França/Francia	8,5
4º Reino Unido	8,0	4º Itália/Italia	5,2
5º EUA/EE.UU	5,4	5º Países Baixos/Países Bajos	4,3
6º Itália/Italia	4,2	6º Reino Unido	4,2
7º Países Baixos/Países Bajos	3,9	7º Bélgica	2,8
8º Bélgica	3,7	8º Argélia/Argelia	2,2
9º Angola	2,6	9º EUA/EE.UU	2,2
10º Singapura/Singapur	1,2	10º Brasil	2,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

## ANEXO A17 – PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DA ESPANHA

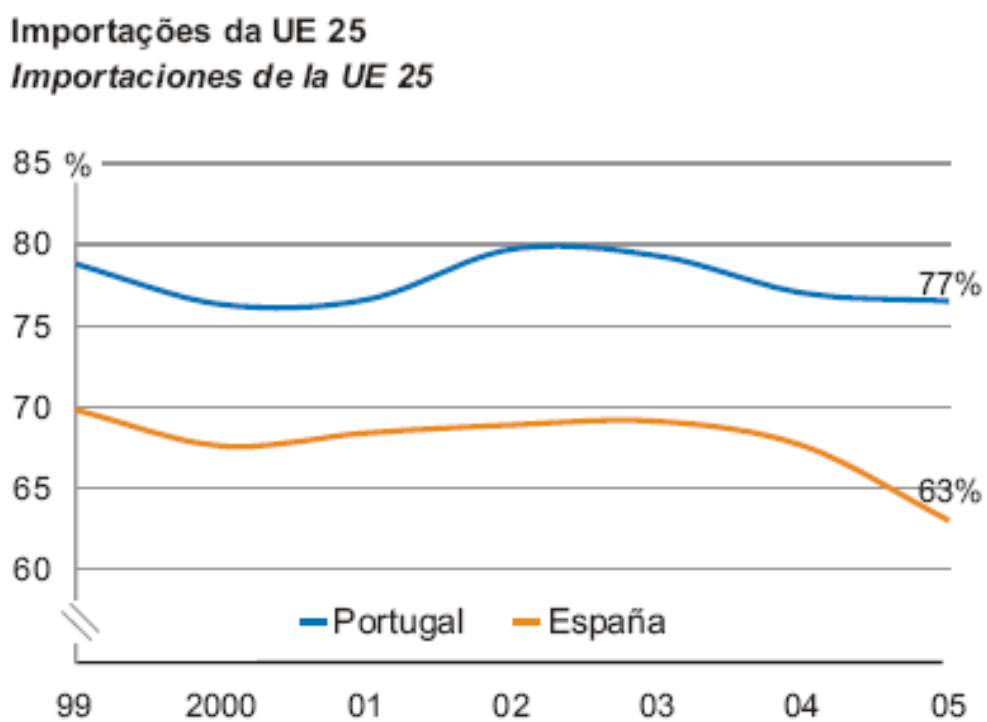
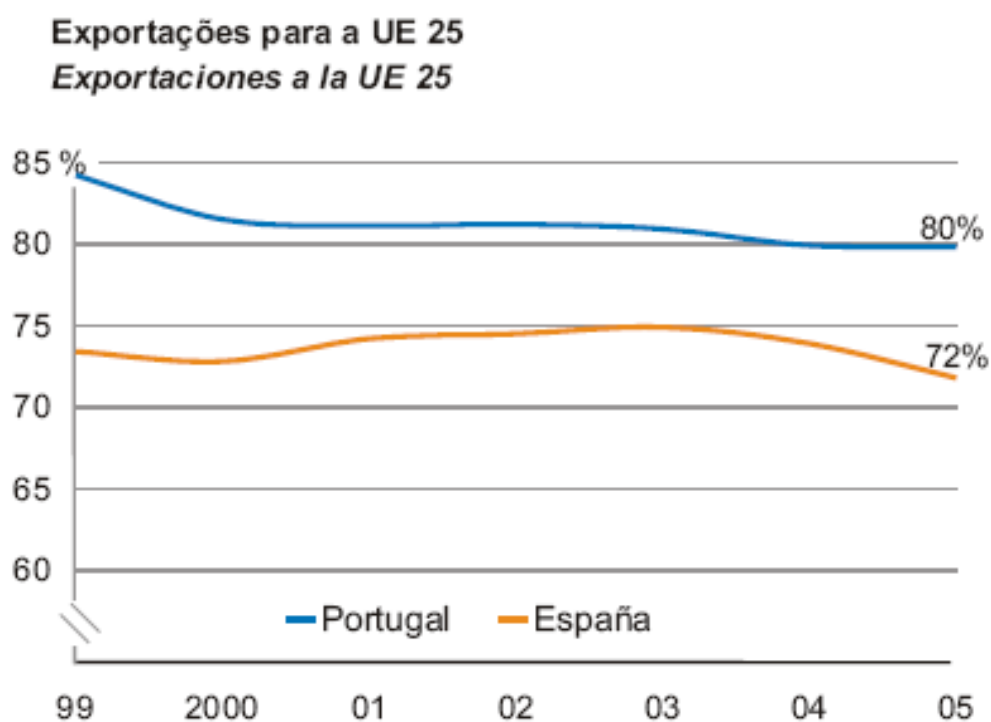
### Principais países parceiros, 2005

#### *Principales países de intercambio comercial, 2005*

Espanña			
Exportações <i>Exportaciones</i>	%	Importações <i>Importaciones</i>	%
1º França/ <i>Francia</i>	19,3	1º Alemanha/ <i>Alemania</i>	15,0
2º Alemanha/ <i>Alemania</i>	11,4	2º França/ <i>Francia</i>	14,5
3º Portugal	9,4	3º Itália/ <i>Italia</i>	8,5
4º Reino Unido	8,5	4º Reino Unido	5,8
5º Itália/ <i>Italia</i>	8,4	5º Países Baixos/ <i>Países Bajos</i>	4,9
6º EUA/ <i>EE.UU</i>	4,0	6º China	4,3
7º Países Baixos/ <i>Países Bajos</i>	3,1	7º Bélgica	3,7
8º Bélgica	2,8	8º Portugal	3,3
9º Turquia	1,8	9º EUA/ <i>EE.UU</i>	2,9
10º México/ <i>Mexico</i>	1,7	10º Rússia/ <i>Rusia</i>	2,3

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

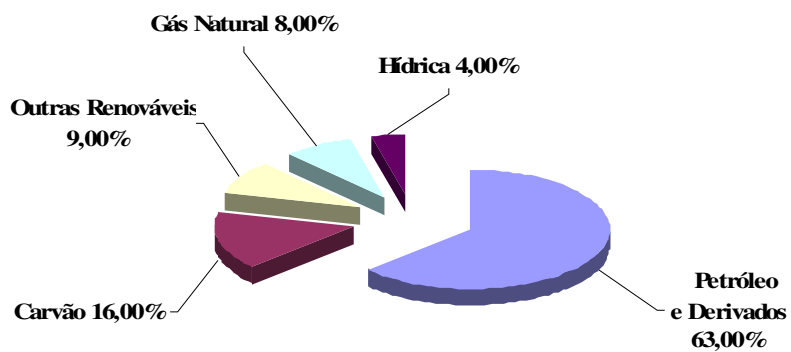
## ANEXO A18 – TROCAS COMERCIAIS COM A UE 25



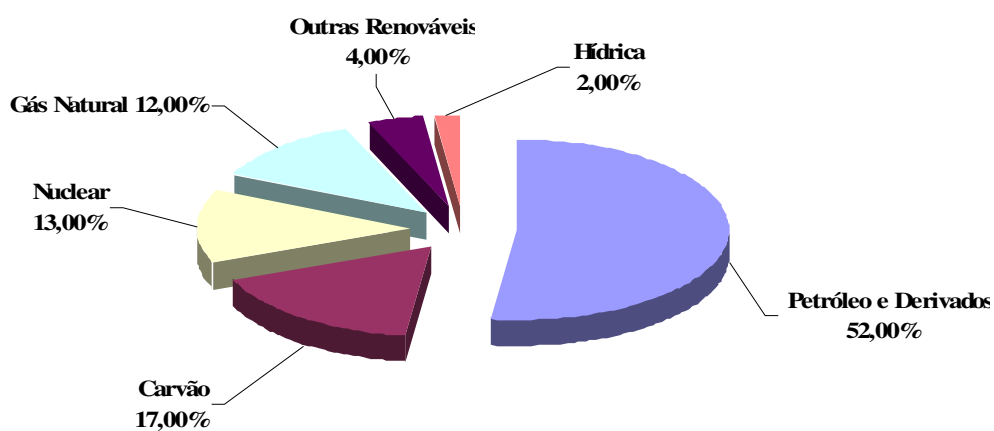
Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

## ANEXO A19 – CONSUMO DE ENERGIA PRIMÁRIA

**Consumo de Energia Primária, Portugal 2002**



**Consumo de Energia Primária, Espanha 2002**



Fonte: AIE, Energi Policies of IEA Countries, 2002 Review.



## ANEXO A20 - REDE IBÉRICA DE GÁS NATURAL

### GÁS NATURAL: REDE IBÉRICA



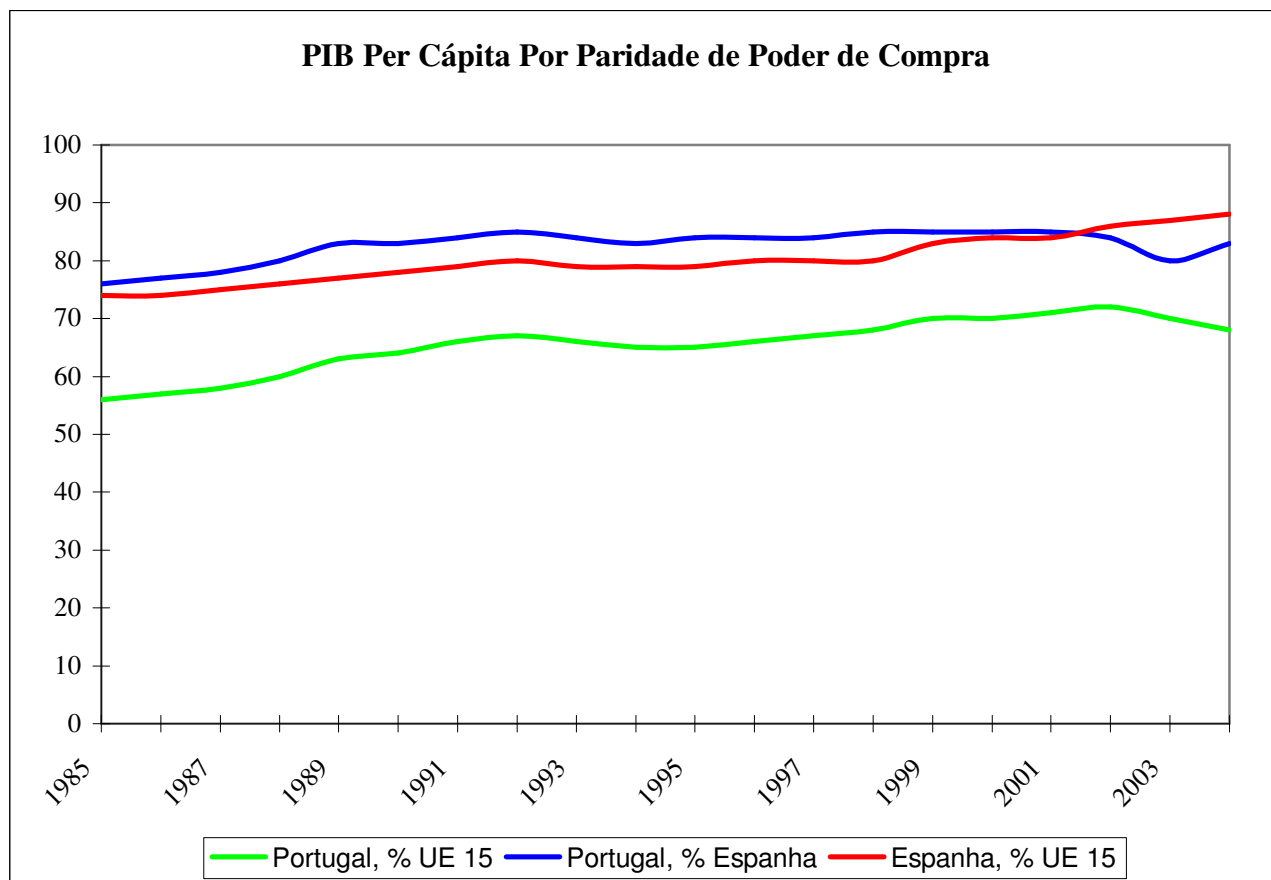
Fonte: GALP.

## ANEXO A21 – PRINCIPAIS BANCOS DE PORTUGAL E ESPANHA

PRINCIPAIS BANCOS DE PORTUGAL E ESPANHA					
Bancos	Fortaleza de Capital	Tamanho de Activos	Solidez Ratio Capital/Activos	Retorno Sobre Activos	Ratio Custo/Crédito
	(Milhões de dólares)		(%)	(%)	(%)
Banco Comercial Português	4.819	85.486	5,64	0,79	63,55
Caixa Geral de Depósitos	3.640	93.676	3,89	1,1	56,9
Banco Espírito Santo	3.271	54.664	5,98	0,83	50,61
Bano Totta e Açores	1.806	36.403	4,96	1,1	49,91
Santander Central Hispano	21.408	444.012	4,82	1,17	63,1
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	18.176	362.655	5,01	1,33	56,77

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

## ANEXO A22 – PIB PER CÁPITA POR PARIDADE DE PODER DE COMPRA



Fonte: Eurostat